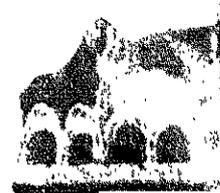


LUDWIG SCHWENNHAGEN



# FENÍCIOS NO BRASIL

(ANTIGA HISTÓRIA DO BRASIL)  
(DE 1100 A.C. a 1500 D.C.)

Apresentação e notas  
de MOACIR C. LOPES



editora cátedra



A evidência de uma pré-história brasileira tem despertado intensa curiosidade e preocupado estudiosos do mundo inteiro. Quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram ao Brasil encontraram nossos indígenas em estágio primitivo de civilização, mas possuíam eles uma memória de tradições milenares, noções adiantadas de astronomia, e "recordavam-se" de ter acontecido um Dilúvio que inundara a terra.

O Pe. Antônio Vieira admitiu que algum apóstolo de Cristo teria evangelizado nossos índios antes de Cabral pisar em solo brasileiro, pela identidade que havia entre suas crenças com antigos ensinamentos cristãos. A semelhança da língua tupi com a dos cários, pelasgos e fenícios tem sido



# **Fenícios no Brasil**

**(Antiga História do Brasil)**

**(De 1100 a. C. a 1500 d. C.)**

1ª edição – Imprensa Oficial de Teresina, 1928  
2ª edição – Livraria Editora Catedra Ltda., 1970  
3ª edição – Livraria Editora Catedra Ltda., 1976

LUDWIG SCHWENNHAGEN



# FENÍCIOS NO BRASIL

(Antiga História do Brasil)

(DE 1100 A. C. a 1500 D. C.)

TRATADO HISTÓRICO

(Quarta Edição)

Apresentação e Notas de

MOACIR C. LOPES

LIVRARIA EDITORA CÁTEDRA

Rio de Janeiro

1986

MLD  
VLLC 79,0.149.122

Coleção Cátedra Histórica

B.A.B. 10/10/87  
APD

Capa:  
STUDIO CATEDRA

V 964, 1, 144

Direitos para a língua portuguesa reservados à  
Livraria Editora Cátedra Ltda.  
Rua Senador Dantas, 20, s/806/807  
Tel.: 240-1980 - Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro - Brasil

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

12/3/52  
105 235 W  
12/3/52

987/01

ÍNDICE

	Páginas
Apresentação — Moacir C. Lopes .....	9
I — O Estudo da História do Brasil Antigo .....	21
II — Lista Cronológica dos Fatos Históricos, desde 1100 a. C. até 1500 d. C. ....	33
I — O Primeiro Descobrimento .....	33
II — As Frota de Hirã e Salomão no Rio Amazonas (De 993 a 960 a. C.) .....	39
III — A Chegada dos Egípcios e a Imigração dos Povos Tupis (De 940 a 900 a. C.) .....	48
IV — A Participação dos Cartagineses na Coloni-zação do Brasil .....	48
V — Testemunhos Literários do 4º Século a. C. ...	50
VI — A Destruição de Tiro, em 332 a. C. e a Expe-zição da Frota de Alexandre Magno para a América do Sul, em 328 a. C. ....	51
VII — O Domínio Cartaginês no Brasil (324 a 147 a. C.) .....	54
VIII — As Relações Cortadas .....	55
IX — As Viagens do Apóstolo São Tomé ao Brasil (50 a 60 d. C.) .....	56
X — A Navegação Árabe nos Séculos II a VII .....	57
XI — A Origem da "Tilha das Sete Cidades" .....	58
XII — O Sipanga, respectivamente, Cipango, de Marco Polo, e Paulo Toscanelli .....	61
III — Origem, Língua e Religião dos Povos Tupis .....	65
IV — A Imigração dos Cários ao Brasil - De 1100 a 700 a. C. ....	77
V — A Estação Marítima "Pedra de Sal" a Fundação de Tutóia e as Sete Cidades de Piaguí .....	87
VI — O Rio Paranaíba, a Distribuição dos Tupis e a Grande Lagoa .....	109
VII — A População atual do Piauí e sua Descendência .....	123
VIII — Diversos Pontos da Vida Pré-histórica do Piauí .....	135

## PREFACIO A SEGUNDA EDIÇÃO

### FENICIOS, DESCOBRIDORES E COLONIZADORES DO BRASIL

*Milhares de obras já foram escritas apresentando a tese de que os pré-egípcios teriam saído da América do Sul, e que foi também aqui o berço da civilização européia. Freqüentemente vemos surgirem aqui e ali indícios que reavivam essa tese, e volta a manchetes o assunto, seja devido a escavações, quando se descobrem prováveis cidades soterradas, túneis e cavernas com objetos de origem antiga, ou inscrições petroglíficas, seja porque algum cientista vem a países sul-americanos.*

*O Brasil tem sido, talvez, o menos estudado em assuntos arqueológicos ou, esporadicamente, um cientista estrangeiro descobre aqui e ali um indício e chama nossa atenção, olhe aqui... ali ...*

*Mas ultimamente tem sido despertada a consciência dos brasileiros para a necessidade de conhecer melhor a sua terra, a sua origem. Tem havido, mesmo, grande interesse em tudo o que se relaciona com a nossa terra. O dizet-se que os índios brasileiros nasceram autóctones há 50 ou 100 mil anos é teoria já não muito aceita, ou dizer-se que os primeiros habitantes da terra surgiram na África ou na Ásia, e um bocadinho no Brasil, é assunto para estudar-se com maior profundidade. Mas o afirmar-se que os primitivos brasileiros emigraram do lendário continente Atlântida, via Venezuela, ou chegaram em pirogas, ou desceram os Andes, ou são pré-egípcios, ou grande parte descende dos Fenícios, ou por que nossos índios possuem*

uma memória do Dilúvio, é assunto para estudar-se mais ainda. A História existe, mas ela é também uma teoria que poderá ser ampliada ou até renegada algumas de suas verdades. As teorias e verdades aristotélicas dominaram a civilização durante mais de mil anos e, tentando reformular essas verdades, muitos cientistas morreram em fogueiras, quando os senhores da verdade oficial achavam que a nova verdade poria em perigo sua hegemonia sobre os homens. Se tivermos que amanhã reformular a História brasileira, por que não o fazemos, a bem da verdade?

Se aqui e ali aparecem indícios de que os Fenícios descobriram e colonizaram parte do Brasil há 3.000 anos, estudemos os indícios, os sinais de sua passagem, as escritas cuneiformes, as inscrições petroglíficas, a mão encarnada que alguém deixou gravada na pedra ou a marca noutra pedra que deixaram para indicar que por aqui passaram outros.

A obra que ora apresentamos, ANTIGA HISTÓRIA DO BRASIL, (De 1100 a.C. a 1500 d.C.), de LUDWIG SCHWENNHAGEN, é um desafio. Desafio aos arqueólogos, geógrafos, geólogos, aos antropólogos, filólogos, etimólogos, indianistas, aos prefeitos de Municípios, governos de Estados brasileiros, desafio a todos os brasileiros, para que estudem e expliquem melhor a sua terra, a sua gente, suas heranças mais remotas.

Desafio lançado por esse austríaco em 1928 e que se perdeu na restrição área do Piauí, quando a Imprensa Oficial de Teresina lançou esta obra em primeira edição e seus poucos exemplares desapareceram no manuseio

Desafio que volta a ser lançado na reedição desta obra de excepcional valor para os estudos da origem brasileira, quando as teses de seu autor vêm despertando intensa curiosidade e está merecendo até apoio oficial.

Ao tomar o leitor este livro das mãos, por certo se fará perguntas que talvez nunca tenha ouvido, como, por exemplo, foi Pedro Álvares Cabral quem descobriu o Brasil em 1500 d.C. ou navegadores Fenícios em 1100 a.C.? Cabral o terá descoberto por acaso como narra os compêndios de História, ou ele já conhecia, detalhadamente, a descri-

ção feita pelo historiador grego Diodoro, no século I antes de Cristo, na sua História Universal? Ou teria Cabral em mãos a carta de navegação, descrevendo as costas do Brasil, confeccionada por Toscanelli, a mando de Fernando Teles, em 1473? Onde fica a lendária Insula Septem Civitatum, ou Ilha das Sete Cidades, que os romanos tanto buscavam e já aparecia a sua descrição em latim, numa crônica de Porto-Cale (Pórt), em 740 d.C., como sendo um novo Éden, a ilha dos Sete Povos, onde existiam ouro e muitas outras riquezas? Ficaria nos Açores, na Ilha da Madeira, nas Antilhas ou nas costas do Piauí, no Brasil? Quais os primeiros mineradores que exploraram ouro e pedras preciosas no Brasil? Os portugueses ou engenheiros egípcios? Buscavam apenas ouro e metais preciosos ou também salitre para o embalsamamento de seus mortos? Ou engenheiros mandados pelos reis Davi e Salomão, em aliança com o rei Hiru, nos anos 991 a 960 antes da era cristã? Quem primeiro oficiou funções religiosas aos índios brasileiros? Henrique de Coimbra ou sacerdotes da Ordem dos Magos da Caldeia, da Suméria ou da Mesopotâmia? Foram os portugueses os primeiros a exportar pau Brasil? Mas, se nas memórias de Georg Fournier, da Martinha francesa, não consta que os Bretões e Normandos já traficavam com os selvagens do rio São Francisco, que lhes vendia o pau Brasil?

Perguntas dessa natureza estão implícitas nesta admirável obra de LUDWIG SCHWENNHAGEN, que pode ser lida até por leitores de literatura circunstancial, como se lê um livro de mistério, tal o interesse que nos desperta, mas é obra de exaustiva pesquisa.

A primeira edição de ANTIGA HISTÓRIA DO BRASIL é de 1928, da Imprensa Oficial de Teresina, e mencionada sob o título: Tratado Histórico de Ludovico Schwennhagen, Professor de Filosofia e História. Como vemos, o autor assinou-se, não sabemos se por espontânea vontade, como Ludovico. Preferimos, na sua reedição, conservar-lhe o nome original, que é Ludwig. Pouco se sabe a seu respeito. Em Teresina existe uma memória no povo de que "por aqui passou esse alemão calmo e grandalhão que ensinava História e bebia cachaca nas horas de folga, andava estudando umas ruínas pelo Estado do Piauí e outros do Nordeste, e que chegou a Teresina no primeiro quartel

deste século, não se sabe de quê e andava rabiscando uns manuscritos sobre a origem da raça Tupi, lendo tudo o que era pedra espolhada por aí. Seu nome é tão complicado que muitos o chamam Chouvenáguia." É muito pouco para se situar um estudioso de seu quilate.

No livro Roteiro das Sete Cidades, de autoria de Vitor Gonçalves Neto, publicado pela Imprensa Oficial de Teresina, para as Edições "Aldeias Altas", de Cartas, Maranhão, em 1963, livro gostoso de se ler, em que descreve as Sete Cidades e cita vários trechos deste livro de Schuennhagen, comentando-os através de personagens bem típicos, o autor faz o seguinte oferecimento: "A memória de Ludovico Schuennhagen, professor de História e Filologia, que em maio de 1928 levantou a tese meio absurda de que os fenícios foram os primeiros habitantes do Piauí. Em sua opinião as Sete Cidades serviram de sede da Ordem e do Congresso dos povos tupis. Nasceu em qualquer lugar da velha Áustria de ante-guerras, morreu, talvez de fome, aqui nalgum canto do Nordeste do Brasil. Ora! por ele!"

Encontramos na Biblioteca Nacional um livro intitulado: Meios de Melhorar a Situação Econômica e Moral da População do Interior do Amazonas, conferência dos drs. Ludwig Schuennhagen, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Viena, d'Áustria, e Luciano Pereira da Silva, publicista. — Rio de Janeiro, tipografia do "Jornal do Comércio", 1912. Esse livro reproduz as conferências que fizeram esses dois estudiosos no salão nobre da Associação Comercial do Amazonas, na noite de 15 de agosto de 1910. Ali não só este autor se escreve com o nome original de Ludwig, como na conferência seguinte, Luciano Pereira da Silva refere-se constantemente às opiniões de seu colega, citando sempre o doutor Ludwig.

Na sua conferência, cita Schuennhagen que com o "Deputado Federal Monteiro Lopes, meu companheiro de viagem até a fronteira peruana, estivemos com as pessoas mais distintas de Tefé, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Santa Rita e outros. Estacionamos nessa viagem em mais de quarenta cidades, vilas e povoações... eu mesmo visitei cinco seringais, nos quais examinei..."

Mais adiante, à pg. 14, opina: "há ainda uma outra objeção importantíssima: segundo meu plano de colonização, talvez dez mil famílias poderiam ser domiciliadas aqui como colonos..." — E ainda: "Quando os cearenses vierem que como colonos domiciliados podem encontrar, para si e para suas famílias, uma vida melhor e um futuro mais alto que viajando como nômades de um lado para o outro do país..."

Vemos por aí que Ludwig Schuennhagen já andava em 1910 percorrendo o Brasil e estudando as condições sociais do povo brasileiro. Posteriormente iniciou longo curso de viagens por todo o interior do Norte e Nordeste, cremos que também do Sul, tendo estado no Espírito Santo, estudando o aspecto das inscrições petroglíficas encontradas em todo o território brasileiro.

Infelizmente não temos maiores dados sobre ele, quando e onde morreu. Não encontramos referências a ele nos documentos a que recorremos. Talvez na Áustria se conheça mais sobre ele. Conçtamos principalmente os piuaenses a buscarem maiores dados sobre esse "alemão calmo e grandalhão" que, para explicar a história antiga e a origem da raça brasileira, tanta contribuição deu à história do Piauí, tendo ali residido durante anos, ensinado e pesquisado.

Quanto ao seu livro ANTIGA HISTÓRIA DO BRASIL, tem sido fonte de estudos há mais de quarenta anos, inspiração do livro a que nos referimos, de Vitor Gonçalves Neto, e motivo principal de dois artigos em jornais, um publicado no Jornal do Comércio, de Recife, em 16 de março de 1969, de nossa autoria, e o último publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1970, de Renato Castelo Branco.

Devemos a divulgação da obra de Schuennhagen ao esforço e entusiasmo do eminente engenheiro Raimundo Nonato Medeiros, delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal do Piauí e Administrador do Parque Nacional de Sete Cidades, no município de Piracuruca, região hoje tombada como patrimônio histórico, a única pessoa, talvez, que possui um exemplar dessa obra, além do exemplar existente na coleção de obras raras da Biblioteca Nacional. Temos conhecimento dela em feve-

reino de 1968, quando fomos a Teresina a convite de nosso amigo João Bezerra da Silva. Através dele tratamos conhecimento com a nova geração de intelectuais piauienses, da qual destacamos o desembargador Símplicio de Souza Mendes, Arimatheia Tito Filho, Fontes Ibiapina, drs. Darcy e Nodje, Otávio Bentes Guimarães, o Basílio, cultores das melhores tradições de sua terra e entusiastas colaboradores da divulgação daquele patrimônio histórico milenar que são as ruínas das Sete Cidades de Piauí.

Em maio de 1968 temos no jornal O Dia, do Rio de Janeiro, uma notícia vinda dos Estados Unidos, acompanhada da reprodução de um quadro de símbolos; dizia o texto: "Encontrados na Paraíba e levados para Waltham, em Massachusetts, nos EUA, estes símbolos foram estudados durante quase cem anos. Finalmente o professor Cyrus Gordon, especialista em assuntos mediterrâneos, conseguiu decifrá-los. Indicam que os fenícios estiveram nas terras que hoje formam nosso país, pelo menos dois mil anos antes de Cristóvão Colombo descobrir a América e Cabral chegar ao Brasil".

Dois dias após a publicação dessa nota, vimos em outro jornal outra nota "Lusos: Cabral chegou antes", em que alguns portugueses radicados no Brasil mostram-se mesmo "revoltados", manifestando a disposição de fazer uma representação junto à Embaixada dos Estados Unidos...

Logo abaixo, na mesma nota, afirma um professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que "o professor americano pode estar certo, lembrando que os Vikings, liderados por Ericson, estiveram na América antes de Colombo descobri-la. Acrescentou que o professor teve o mérito de decifrar os símbolos encontrados na Paraíba e levados para os EUA. Assinalou que a notícia o surpreendeu, porque nunca ouvira falar na existência desses símbolos em áreas do Nordeste".

Ora, não é outro assunto se não esse, o de que trata o presente livro, e de que tratam muitos outros livros já publicados no Brasil e em Portugal, na Inglaterra e em outros países, embora seja ANTIGA HISTÓRIA DO BRASIL o que mais se dedica ao assunto.

Primeiramente vejamos o que traduziu o professor Cyrus Gordon dos símbolos encontrados na Paraíba:

-Somos filhos de Canaã, de Sidon, a cidade do rei. O comércio nos trouxe a esta distante praia, uma terra de montanhas. Sacrificamos um jovem aos deuses e deusas exultados no ano 19 de Hirã, nosso poderoso rei. Embarcamos em Ezion-Geber, no mar Vermelho, e viajamos com 10 navios. Permanecemos no mar juntos por dois anos, em volta da terra pertencente a Ham (África), mas fomos separados por uma tempestade e nos afastamos de nossos companheiros e assim aportamos aqui, 12 homens e 3 mulheres. Numas novas praias, que eu, o almirante, controlo. Mas auspiciosamente possuem os exultados deuses e deusas intercederem em nosso favor".

Essas inscrições foram encontradas no final do século passado, em Pouso Alto, Paraíba. Foram descobertas pelo engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Rotunda, que dirigiu, a respeito, um relatório, em 7 de julho de 1896, ao presidente da província da Paraíba, o qual foi transcrito na Memória constante do n.º 4 da Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Foi justamente Rotunda quem copiou as inscrições de uma pedra. Na ocasião o dr. Ladislau Neto examinou-as e as considerou cópias. Mas tendo sido enviadas, cremos que primeiramente à França, o sábio francês Ernesto Renan as estudou detidamente e declarou serem de verdadeira origem fenícia. Seguindo depois para os Estados Unidos, o assunto dormiu durante quase cem anos, até que o professor Cyrus Gordon, de Brandeis University, em Boston, com a sua reconhecida autoridade em línguas mortas, aproveitou-se no assunto e decifrou-as, tendo em princípio deste ano vindo ao Brasil para assenhoriar-se melhor, no local, da natureza das inscrições petroglíficas brasileiras.

Em 1896 foi publicado em Manaus um tratado do historiador Henrique Onroy de Thoron, que pretendia interpretar as misteriosas viagens do rei Salomão. Thoron sabia latim, grego e hebraico e conhecia também as línguas tupi e quichua. Interpretou ele da bíblia hebraica, pala-

tra por palavra, que a narração do I Livro dos Reis sobre a construção e viagem da frota dos judeus, junta com a frota dos fenícios, do rei Hirú da cidade de Tiro, então capital fenícia, refere-se ao rio Amazonas, para organizarem a procura de ouro e pedras preciosas, estabelecendo naquele local colônias e ensinando aos indígenas, a mineração e lavagem de ouro pelo sistema dos egípcios, conforme descrição que nos deixou Diodoro, minuciosamente, nos capítulos 11, 12, do 3.º tomo de sua História Universal.

O nosso grande historiador e arqueólogo Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, amazonense, chegou a juntar cópias de 3.000 letreiros e inscrições encontrados no Brasil e em outros países americanos, e aponta semelhanças com inscrições encontradas em outros países do velho mundo. Bernardo Ramos esteve na Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, estudou a inscrição ali encontrada, afirmou ser de caracteres fenícios e traduziu-as:

“Tiro, Fenícia, Badesir Primogênito de Jethabaal”.

Essas inscrições foram encontradas em 1836, no pico dessa montanha, a uma altitude de 840 metros, e mede cada uma três metros. Badesir reinou na Fenícia de 855 a 850 a. C., como seu pai reinara em 887 a 856. Pode-se concluir que a inscrição, se considerarmos verdadeira a tradução de Ramos, teria sido gravada entre os anos 887 a 850 a. C. e provaria a evidência de que os fenícios já antes da era cristã teriam estendido suas expedições à América do Sul, e essas inscrições teriam tido o intuito de immortalizar a glória do nome fenício, além da simples demarcação das entradas ao interior do Brasil.

Alexandre Braghine, no seu livro O Enigma da Atlântida, Irmãos Pongetti Editores, 2ª edição, 1959, sustenta a tese de que o berço da civilização teria sido a América do Sul, de povos descendentes do continente Atlântida. A teoria sobre a Atlântida aparece em milhares de obras, desde Platão, que a menciona nos seus diálogos Timea e Critias. “Era um país — dizia Platão — que ficava situado além das colunas de Hércules (o estreito de Gibraltar que a Ilha de Cabo Verde). Essa ilha era mais vasta que a Libia e a Ásia reunidas, e os navegantes passaram

dela para outras ilhas e destas para o continente que bordera esse mar”. Refere-se o filósofo, evidentemente, à América. Também Homero alude a ela, e Solon, Eurípides, Estrabão, Dionísio de Halicarnasso, Plínio. Até sobre um hipotético continente denominado Mã, desaparecido no Pacífico, levantaram discussões e é tema do livro The Lost Continent of Mã, de James Churchward, editado nos Estados Unidos. O autor manuseou o Codex Cortesianus e analisou as duas mil pedras com inscrições descobertas por Niben no noroeste do México para reforçar sua teoria. Tradições irraigadas de povos orientais, chineses, tibetanos, indianos, mongóis, se referem a um continente situado no Pacífico e que teria submergido em consequentemente já dispunham de aparelhos voadores e possuíam mesmo a capacidade de poderem viajar pelas estradas siderais desconhecidas e atingir os desembarcadores de distantes planetas.

São teorias e antigas tradições que apresentamos apenas como referências. Mas, voltando a Alexandre Braghine, cita ele a pg. 258 de sua obra:

“Os principais arqueólogos que percorreram o Mato Grosso são os srs. R. O. Marsh, o general Cândido Rondon, o dr. Barbosa, Bernardo da Silva Ramos, Leocinte, A. Frot. Ramos e Frot descobriram naquele Estado inscrições rupestres em jerico, em egípcio e até em língua suméria, assim como textos escritos em caracteres alfabéticos análogos aos empregados antigamente em Creta e Chipre. Certamente são surpreendentes essas descobertas, porém Marsh chegou à conclusão de que o Mato Grosso encerra vestígios de uma civilização muito mais antiga que a dos fenícios e cários. Como já disse anteriormente, as tradições correntes entre os indígenas falam num grande e poderoso império que se estendia em tempos muito afastados, para o Oeste e o Norte de Mato Grosso e nessas lendas parece haver fundamento”.

Na mesma obra, à pg. 153, Braghine menciona uma carta que recebeu do Brasil, do engenheiro Apolinário Frot, que dizia: “Os Fenícios serviam-se, para gravar suas

inscrições sul-americanas, dos mesmos métodos que os antigos egípcios usavam nos primeiros tempos para a sua escrita hieroglífica. Estes métodos eram empregados pelos astecas, como também pelos povos desconhecidos aos quais se atribuem os petroglifos da bacia do Amazonas. O resultado de minhas investigações é tão surpreendente que eu hesito em publicá-lo. Para dar-lhe uma idéa, basta dizer que tenho em mãos a prova da origem dos egípcios: os antepassados desse povo saíram da America do Sul".

Orá, resultados tão surpreendentes que Frot se recusava a publicá-los, temendo contrariar as verdades estabelecidas, são bem explicáveis, porquanto Humboldt, que tanta contribuição deu ao Brasil nos seus estudos da vegetação amazônica, das condições climáticas e até de inscrições, foi atingido pela ordem régia em 2 de junho de 1800, que proibia a entrada de estrangeiros nos domínios das provincias do Pará e do Maranhão. Mas as notas de Apolinário Frot devem existir em algum lugar e, se descobertas, muito adicionariam aos estudos das origens do povo brasileiro.

Cândido Costa, paraense, foi outro historiador que muito se dedicou ao estudo das inscrições encontradas no Brasil. Em 1896 publicou em Belém, Pará, sua obra O Descobrimto da América e do Brasil, em homenagem ao quarto centenario do descobrimento do Brasil. Em 1900, tendo ampliado a mesma obra, publicou-a em Lisboa, pela antiga Casa Bertrand, de José Bastos — Mercador de Livros, com o título As Duas Américas. Nessa obra Cândido Costa menciona inúmeras inscrições e obras de arte e utensílios antigos encontrados no Brasil.

Menciona ele à pg. 38: "Lorde Kingborough dispensonou somas consideráveis para provar que ds tribos de Israel é que o Novo Mundo deve a origem de suas civilizações; e Brassour de Bourbourg reconheceu entre os setuagens do México e da América Central o verdadeiro tipo judaico, assirio e egipcio, tendo também observado perfis gravados nas ruínas de Iarnac muito semelhantes aos da Judéa".

Escreveu Ferdinand Denis que, tendo o conde de Nassau enviado ao centro de Pernambuco um seu compatriota, encontrou este duas pedras perfeitamente redondas e sobrepostas, e outras amontoadas pelas mãos dos homens, e

as comparou com alguns monumentos toscos que vira em Drenthe, na Bélgica.

José de Sá Betencourt Acioli, natural de Minas Gerais e bacharel em ciências naturais pela Universidade de Coimbra, fundando em 1799 um estabelecimento de plantações de algodão nas margens do rio Das Contas, na Bahia, em terras compradas do capitão-mor João Gonçalves da Costa Dias, por ocasião das escavações para fimmar alicerces de uma casa nesse terreno, encontrou uma espada com copos de prata, e prossequindo as escavações foram ainda encontrados pedaços de louça puríssima da Ásia e diversos artefatos de vidro com bordados e dourados.

Existe também uma Memória, datada de 1753, em que o seu autor dá noticia de uma cidade abandonada no interior da Bahia, na qual existiam palácios, inscrições, colunas, aquedutos, ruas, arcos. É mencionado nessa Memória que certo indivíduo chamado João Antônio achara nas ruínas das casas da dita cidade um dinheiro em ouro, de forma circular, tendo de um lado a figura de um jovem ajoelhado e, do outro, arco, coroa e seta. Como preciosidades que foram encontradas numa praça, cita uma columna de pedra preta e de grandeza extraordinária, e sobre ela a esttua de um homem regular, com a mão na thargua esquerda e o braço direito estendido, mostrando com o dedo index o polo Norte; e em cada canto da praça estava uma agulha imitando as que usavam os romanos, mas algumas já estragadas e partidas.

Em 1840 chegou à Bahia a fragata dinamarquesa Belionne, com os tenentes Swenson, Schals, e o naturalista Kruger, encarregados de examinare as ruínas dessa cidade, mas não lhes foi possível descobrir o local em que estava localizada.

Antônio Galvão, no seu Tratado dos Descobrimtos Antigos e Modernos, Lisboa, 1731, cita à pg. 8: "No ano 590, antes da encarnação de Cristo, partiu da Espanha uma armada de mercadores cartagineses feita a sua custa, e foi contra o Ocidente por esse mar grande, ver se achavam alguma terra; diz que foram dar nela. E que é aquela a que agora chamamos Antilhas e Nova Espanha, que Gonçalo Fernandes de Oviedo quer que nesse tempo fosse já descoberta". O mesmo Galvão afirma que os antigos

não só conheciam a América, como a sua primitiva população é oriunda da Ásia.

Cândido Costa diz, na obra citada, referindo-se ao "Santuário da Lapa", em Pernambuco: "Se ficar provado que este antigo templo é obra humana, estará provada também a existência de uma civilização pré-histórica no Brasil".

E menciona também que Robert M. Larney, reitor de Clonfert, escreveu uma carta ao editor de Public Opinion, alegando que São Brundão, o patrono de sua igreja, catédral de Clonfert, Galway, na Irlanda, fundada em 558 de nossa era, não somente colonizou a América 900 anos antes do nascimento de Colombo, como também evangelizou uma porção do povo daquele país, naquela época.

Há também na Irlanda a lenda de que São Patrício percorreu diversas partes do Atlântico.

Como vemos, é vasta a literatura e as teorias, teses e hipóteses levantadas quanto a descoberta e colonização do Brasil por povos antigos. Mas nenhum se aprofundou tanto no assunto quanto LUDWIG SCHWENNHAGEN nesta obra. E mais extensos são seus estudos etimológicos sobre a origem da língua tupi.

Esta obra terá vida longa na literatura histórica brasileira, principalmente a partir de agora, quando o Patriômio Histórico, através de seu diretor Renato Soeiro, e por inspiração e grande interesse de Renato Castelo Branco no exame das ruínas e inscrições das Sete Cidades, vai subencionar pesquisas nas áreas do Nordeste, nomeando Universidades e Museus em vários Estados do Brasil como seus representantes regionais, principalmente o Museu Goeldi, do Pará, através de seus pesquisadores, que deverão viajar neste ano em visita às Sete Cidades. É iniciativa, enfim, de enfrentar-se o problema. E esta obra será, talvez, a maior fonte de consulta.

Moacir C. Lopes  
setembro de 1970

## O ESTUDO DA HISTÓRIA DO ANTIGO BRASIL

### CAPÍTULO I

O Brasil possui uma extensa literatura sobre sua "pré-história"; os autores dessas obras chamam-se também "indianistas", devido aos seus estudos sobre as línguas e dialetos dos antigos habitantes deste continente. São trabalhos de alto interesse e grande valor, como os de Couto Magalhães, do pernambucano Alfredo Carvalho, cuja morte prematura foi lamentável, assim como de muitos outros. Mas, essas obras não tratam da história, não procuraram as datas cronológicas para os acontecimentos que descrevem. Por isso elas não encontram o nexó das coisas, que é o fio condutório no desenvolvimento dos povos do nosso planeta.

É muito interessante raciocinar que o planalto de Goiás foi o primeiro ponto seguro da crosta terrestre; dizer que a raça tapuia nasceu autóctone no Brasil há 50 milênios, ou calcular que a Atlântida foi antigamente ligada com o Brasil e ficou afundada entre 90 mil a 9 anos antes de Cristo. Essas são lendas paleológicas, com as quais não pode contar a historiografia.

O estudo da antiga história brasileira começou no Norte. Em 1876, apresentou Onfroy Thoron, em Manaus,

seu excelente tratado sobre as viagens das frotas do rei Hirã de Tiro, da Fenícia, e do rei Salomão, da Judéa, no rio Amazonas, nos anos 993 a 960 antes de Cristo. (1) O sucessor de Thoron em Mahaus é Bernardo Ramos<sup>(2)</sup>, um legítimo amazonense, com os traços característicos da descendência tapuia, também com a inata modestia dessa antiga raça brasileira. Bernardo Ramos é hoje o primeiro paleógrafo do Brasil, um Rui Barbosa no terreno das ciências arqueológicas. Sua obra é o produto dum trabalho assíduo, de 30 anos; são quatro grandes volumes, com as cópias de 3.000 letreiros e inscrições, a metade do Brasil e de outros países americanos, a outra parte dos países dos três velhos continentes. O autor compara sempre as inscrições americanas com inscrições semelhantes dos países do velho mundo, para provar a homogeneidade da escrita. Bernardo Ramos foi primeiro numismático e vendeu algumas coleções de moedas, com bom lucro. Esse dinheiro, ele o aproveitou em fazer viagens longínquas às três Américas, visitou também Europa, Egito e Babilônia, para estudar, em todos esses países, as antigas inscrições.

A obra de Bernardo Ramos ainda não está impressa. O autor apresentou o seu manuscrito, com todas as fotografias e desenhos anexos, sucessivamente aos presidentes drs. Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, que examinaram minuciosamente a obra e prometeram providenciar sobre a impressão de trabalho tão valioso. E de esperar que dificuldades não se sobreponham à publicação de tão erudito e importante trabalho.

Cândido Costa, o grande historiador-colecionador do Pará, mandou publicar o seu magnífico livro *As Duas Américas*, prudentemente, em Portugal. Esse livro vale para o Brasil como uma biblioteca de história universal

(1) — Henrique Onfroy de Thoron, monografia intitulada *Voyages des Vaisseaux de Salomon au Fleuve des Amazones*, publicada em Gênova em 1869 e em Mahaus em 1876. Consta também do tomo IV dos *Annales da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, de 1905*. (N. do Apres.)

(2) — Bernardo da Silva Ramos, *Inscrições e Tradições da América Pré-histórica* (N. do Apres.)

nas faculdades de letras do Sul do Brasil. Seu livro é farto em notícias importantes sobre o antigo Brasil, obrigando o leitor a pensar e iniciar novos estudos. Apreciável e coerente é, por exemplo, a crítica do autor a respeito do chamado *Santuário da Lapa*, em Pernambuco, de que afirma: "Se ficar provado que esse antigo templo é obra humana, provada será também a existência da civilização pré-histórica do Brasil". Isso é claro e inegável. O autor deste tratado pesquisou, no interior de Pernambuco, aquele importante edifício pré-histórico. No respectivo capítulo serão explicados todos os pormenores desse testemunho da antiga civilização e da clarividência histórica de Cândido Costa.

No Maranhão formou-se, em redor da simpática figura do jovem professor Ruben Almeida, um novo centro de estudos históricos, para indagar do passado maranhense e restabelecer a antiga fama da "Atenas Brasileira".

No Piauí, o interesse pela história antiga do Estado faz parte do seu patrimônio intelectual. Desde o erudito Governador do Estado, que favorece generosamente todos os estudos científicos piauienses, até o novíssimo aluno do Liceu ou da Escola Normal, existe em todos o mesmo interesse pela história da antiga pátria dos Tabajaras. (3)

O Ceará é um notável centro de inteligência e energia intelectual, onde se estuda, com alto interesse, as coisas históricas. Na primeira fileira estão as figuras proeminentes do senador Thomaz Pompeu e do Barão de Studart, que exortam pelo seu trabalho infatigável seus contemporâneos, assim como a geração jovem, para se dedicarem a novos estudos. Mesmo nas cidades menores, como Camocim, Sobral, Quixadá, Baturité e muitas outras, existem

(3) — Odilon Nunes, o notável historiador piauiense, dedica algumas páginas ao assunto tratado nesta obra, referindo-se a ela e às opiniões emitidas por Ludwig Schwennhagen, na sua *Pesquisas para a História do Piauí*, Vol. I, *Imprensa Oficial do Estado do Piauí*, 1966. (N. do Apres.)

centros intellectuais, onde se trabalha e estuda a história e a pré-história da terra cearense.<sup>(4)</sup>

Nos quatro menores Estados do Nordeste encontrou sempre o autor deste opúsculo um forte interesse pelos estudos da antiguidade brasileira. Os Presidentes dos Estados facilitaram as suas indagações em toda parte; os Institutos Históricos forneceram-lhe indicações importantes sobre todos os pontos da história. Esses Institutos já possuem pequenas coleções de cópias de letreiros antigos, provenientes do interior desses Estados. Também particulares se ocupam com o estudo das inscrições. Em Acari, no Rio Grande do Norte, encontramos um agricultor e desenhista, José Azevedo, que nas suas horas livres copiou os letreiros da região, com muito cuidado, e compiliou um interessante quadro de letras do antigo "alfabeto brasileiro", sobre que falaremos adiante.

Em Bananeiras, na Paraíba, surpreendemos o filólogo-químico José Fábio com um grande quadro de letreiros, apanhados nos rochedos da Serra dos Cariris Velhos. Havia tirado também pequenas quantidades da tinta encarnada, com a qual são sobre pintadas as linhas cravadas nas pedras. O exame químico dessa tinta revelou a mistura de óxido de ferro com um elemento gomoso vegetal, que os antigos químicos fabricavam com tanta felicidade e que resistiu, com sua cor viva, ao sol e à chuva, durante dois milênios. Em Piciú, na Paraíba, conseguimos obter, no Paço Municipal, do comerciante José Garcia e de outro senhor, cópias de inscrições que existem na vizinhança daquela cidade, com indicações exatas dos respectivos lugares. Muito grande é também o número dos preferitos que nos deram minuciosas informações sobre os letreiros que existem nos seus municípios.<sup>(5)</sup>

(4) — Também Gustavo Barroso dedicou-se a esses estudos em *Alguém da Atlântida* (N. do Apres.)

(5) — "Contudo, as inscrições lapidares que se encontram em penhascos e grutas, por muitas partes do Brasil, especialmente no Nordeste e na Amazônia, quando não esculpidas, são desenhadas com tintas que, pelo frotor e nuances que ainda guardam, levam a crer foram feitas com alguma substância mineral que as torna quase indeletíveis.

Esses fatos constatarmos oportunamente perante a crítica dos incredúlos, que reclamam cópias fotográficas dos letreiros e certificados elucidativos sobre a veracidade de tais comunicações. Fí-lhes fácil tal crítica, a eles que nunca andaram mesmo nos sertões e nunca viram um só letreiro com seus próprios olhos. Petróglicos que existem em rochedos há 2000 a 2500, não é possível fotografá-los. Ficam cuidadosamente desenhados; verifica-se com os dedos, com boa lente as linhas meias gastas, tiram-se com faca as crostas sobrepostas e reconstrói-se, com critério, o conjunto da antiga escrita.<sup>(6)</sup>

Foram traçadas por artífice duma civilização que havia ultrapassado a idade da pedra, e que já se utilizava de metais e se tornara capaz de elaborar uma composição química. Os índios contemporâneos da conquista atiravam tais pictografias a seus avoengos mais remotos, enquanto pesquisadores modernos presumem que foram deixadas por povoadores doutra casta de gentios que antecederam as dos gentios da época do Descobrimento, ou mesmo pertencentes a alguma civilização que floresceu no continente oriental. Uns aceitam-nas como simples passatempo de seus autores, outros, como propósito comunicativo e até mesmo descritivo, aqui deixadas por tribo nômade ou povo errante ainda não identificado. Ainda outros pretendem elucidar as dúvidas e afirmam que foram gravadas pelos fenícios, há cerca de 2500 anos. Os argumentos em torno da tese histórica, com referência aos fenícios, são por vezes pueris, outros repousam, entretanto, em critério científico e, pela complexidade do assunto, abrangem toda a área cultural dos primitivos americanos." — Odilon Nunes, *Ora cit* pg. 24/25. (N. do Apres.)

(6) — Em página anterior refere-se o autor a Bernardo da Silva Ramos, em cuja obra, então inédita, apareciam cópias de quase 3.000 letreiros, e formulava Schweinhagen esperanças de que fosse publicada, dada sua importância. Foi essa excepcional obra de Ramos editada no Rio de Janeiro, em 1930, pela Imprensa Oficial. Consta de dois volumes num total de mais de mil páginas, com cópias de cerca de 3.000 inscrições encontradas no Brasil e em outros países. Numa das primeiras páginas consta o seguinte Farecer, conferido pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas:

"A Comissão de Arqueologia, examinando o trabalho apresentado pelo Coronel Bernardo de Azevedo da Silva

O engenheiro francês Apollinário Frot, que viveu 30 anos no interior da Bahia e juntou ali cerca de cem cópias de inscrições e letreiros constatou que todos esses petróglifos são documentos da antiga mineração. Encontrou a chave dos sinais, compreendeu as medidas das distâncias e o sistema das antigas estradas de penetração. Finalmente, descobriu o sr. Frot que há 300 anos antes o português Roberto Dias tinha encontrado e compreendido o significado desses letreiros, que lhe haviam indicado o lugar das ricas minas de prata, na bacia do alto São Francisco. (7)

Ramos, sobre "Inscrições e Tradições do Brasil Pré-histórico", considerando:

— que, isolados os símbolos das inscrições exibidas correspondem eles a caracteres de alfabetos fenício, grego, paleogeográfico, grego de inscrição, hebraico, árabe e chines;

— que a coordenada dos caracteres forma palavras; — que a sucessão das palavras, assim representadas, forma sentido;

— que a autenticidade das inscrições é assegurada, ora por fotografias, ora pela autoridade das obras de onde foram extraídas;

— que as tradições referidas no trabalho estão vulgarizadas por autores cuja competência não se pode contestar;

— que os desenhos da cerâmica, representada nesse trabalho, correspondem ao estilo grego;

— que esses desenhos, pela sua precisão e simetria, jamais poderiam ser feitos pelas tribos indígenas, existentes no Brasil por ocasião de sua descoberta;

— que aquelas inscrições foram indubitavelmente produzidas por mão humana e hábil;

resolve julgar o aludido trabalho digno de ser aprovado e aceitar as suas respectivas teorias e conclusões.

Manaus, 4 de maio de 1919

(a) João Baptista de Farias e Souza

Nicolau Tolentino

José da Costa Teixeira".

(N. do Apres.)

(7) — Alexandre Braghine, em sua obra *O Enigma da Atlântida*, Irmaos Pongethi Editores, 1959, tradução de Marina Bastian Pinto, do original *The Shadow of Atlantis*, também se refere a A. Frot, a pg. 153: "Viajando pelo norte do Brasil há uns quinze anos, tive ocasião de encontrar na

Está largamente provado que existiu, no primeiro milênio antes da era cristã, uma época de civilização brasileira. Já conhecemos dois mil letreiros e inscrições espartilhados sobre todo o território brasileiro e escritos nas pedras com instrumentos de ferro ou de bronze, ou com tintas indelévels, quimicamente preparadas.

Essas inscrições petroglíficas foram feitas por homens que sabiam escrever e usaram os alfabetos dos povos civilizados do Mar Mediterrâneo. Já provado também se acha que existiu uma navegação transatlântica entre esses povos e o continente brasileiro, durante muitos séculos antes de Cristo.

A maior parte dos letreiros brasileiros são escritos com letras do alfabeto fenício e da escrita demótica do Egito. Existem também inscrições com letras da antiga escrita babilônica, chamada sumérica. Além disso temos

Bahia um engenheiro francês, residente no país havia cinquenta anos..... Recebi mais tarde do sr. Frot, uma carta muito interessante que assim se pode resumir: "Os fenícios serviam-se, para gravar suas inscrições sul-americanas, dos mesmos métodos que os antigos egípcios usavam nos primeiros tempos para a sua escrita hieroglífica. Esses métodos eram empregados pelos astecas, como também pelos povos do Amazonas. O resultado das minhas investigações é tão surpreendente que eu hesito em publicá-lo. Para dar-lhe uma ideia, basta dizer que tenho em mãos a prova da origem dos egípcios: os antepassados desse povo saíram da América do Sul. Eles tinham criado três poderosos impérios dos quais dois no continente que acabo de citar e um no Antigo Continente. Este englobava o noroeste da África, a península Ibérica e as ilhas vizinhas. Os pré-egípcios tinham partido de 47º 42' 45" de longitude oeste de Greenwich (Frot não indicava a latitude); o fato está mencionado em um antigo documento tolteca que possuo e o qual contém ao mesmo tempo uma história resumida dos pré-egípcios. Ainda mais, descobri na Amazônia uma inscrição que narra a viagem efetuada na terra que hoje é a Bolívia, por um certo sacerdote pré-egípcio". A inscrição à qual alude este trecho é interessante carta de Frot, e sem dúvida a que foi descoberta na bacia do rio Madeira. Este acontecimento produziu sensação naquele tempo na imprensa brasileira. A decifração do texto prova que em época remota um grupo de pré-egípcios foi ter às minas de prata da Bolívia. (N. do Apres.)

letreros escritos com hieróglifos egípcios, e podemos diferenciar, em outros lugares, variantes de letras que se encontram nas inscrições da ilha de Creta, da Cária, da Etrúria e Ibéria. Encontram-se também letras gregas e mesmo latinas.

Os sábios especialistas que se dedicam só ao estudo da petroglifia compreenderão mal esse "caos" da antiga escrita brasileira. O historiador tira suas conclusões numa outra base. O estudo da história começa com a cronologia. Primeiro se indaga a data histórica dum acontecimento, ou dum inscrição. No caso de ser impossível encontrar o ano, procura-se a década; se essa também é incerta, define-se o século, no qual se deu o acontecimento.

As navegações dos Fenícios começaram 2500 anos a. C., mas limitaram-se, durante muitos séculos, ao mar Mediterrâneo. O estreito de Gibraltar foi dominado pelo império dos Atlantes, cuja capital foi Gades; a dinastia de Atlas reinou em ambos os lados do estreito cerca de 500 anos. Fora do estreito, nas costas e ilhas atlânticas dominaram os Tartéssios, cuja capital era Tartessos (Ou Tartos, na foz do rio Ton Tarsis) Guadiana. As frotas dos Tartéssios andaram, como disse o psalmista hebraico Davi, em todos os mares, e sua capital possuía riquezas iguais às riquezas da Babilônia. Esses antecessores dos Portugueses já navegavam entre a Península Ibérica e América Central 1500 anos antes da era cristã. É provável que os Tartéssios navegassem também nas costas do Brasil.

Os Atlantes, bem como os Tartéssios foram sobreviventes e refugiados da Atlântida, cujo último desmoronamento devemos colocar na época de 2000 a 1800 a. C. Os Atlantes, que se domiciliarão em Marrocos e no sul da Ibéria, tornaram-se um povo conquistador. Platão conta que eles quiseram subjugar todos os povos do Mediterrâneo e apareceram também com grandes exércitos na Grécia, mas sofreram uma derrota perto de Atenas. NO Peloponeso, um filho do rei Atlas fundou um reinado, e a filha Maia casou com outro rei da mesma península, que era aliado dos Atlantes. Cerca de 1300 a. C. foi des-

truido o império dos Atlantes pela dinastia ibérica dos Geríões, que fundaram um poderoso império nacional na península, com a capital Carteia.

Os Tartéssios se abstiveram de qualquer ingerência nas lutas continentais e limitaram-se ao seu império marítimo. Os fenícios aproveitaram-se da queda do império dos Atlantes e procuraram uma aliança com os Geríões, bem como uma amizade e aliança comercial com os Tartéssios. Ambos concordaram que os Fenícios estabelecessem uma estação marítima em Gades e que suas frotas mercantes pudessem passar o estreito, para navegarem nas costas atlânticas. Isso foi cerca do ano 1200 a. C., quando já a cidade de Tiro (ou Turo) tinha alcançado a hegemonia sobre todas as cidades e colônias fenícias. Em 1100 a. C. chegou a primeira frota dos Fenícios às costas do Nordeste do Brasil, e em 1008 a. C. entrou o rei Hirá de Tiro numa aliança com o rei Davi da Judéia, para explorarem comumente a Amazônia brasileira.

O rei-psalmista conta esse acontecimento com as seguintes palavras: "O meu Senhor encheu meu coração com prudentes conselhos. Para edificar ao Supremo um templo digno de sua glória, precisava eu dum aliado que me ajudasse com a sua riqueza. Deus me mostrou Hirã, rei daquele poderoso Tur, que ganhou tantas riquezas pela sua aliança com os Tartéssios, cujas frotas andam em todos os mares." E, num outro psalmo, disse Davi: "Quando o Supremo mandar seu delegado, o Messias, todos os reis desde mundo se submeterão ao seu império, e apresentarão tributo e ricos presentes: os reis do Egito, da Núbia, de Tartessos e das ilhas longínquas do Oceano."

Verifica-se que Davi, o aliado dos Fenícios, tinha seguro conhecimento do império marítimo dos Tartéssios e sabia que os Fenícios já haviam feito parte do domínio colonial. Davi morreu em 997 a. C. e temos, nessa data histórica, um ponto seguro para o nosso cálculo cronológico da antiga história brasileira.

No capítulo seguinte será explicada a primeira viagem transatlântica dos Fenícios, cerca de 1100 anos a. C.

e contaremos a estada dos Fenícios no Brasil desde esta data. A metrópole da Fenícia, a cidade de Tiro, foi destruída por Alexandre Magno em 332 a. C.; até essa data, quer dizer durante 769 anos, continuaram as relações marítimas e comerciais entre a Fenícia (a atual Síria) e o Brasil. As emigrações de Egípcios para o Brasil, em navios dos Fenícios, começaram no tempo do usurpador Chechonk, que se apoderou do trono dos Faraós em 935 a. C. Essa imigração recebeu um novo impulso pela invasão dos Núbios, sob o chefe Napata em 750 a. C., que anarquizou todo o Egito. Os Cartagineses participaram do domínio brasileiro dos Fenícios desde 700 a. C. e ficaram ali até a destruição de Cartago pelos Romanos, em 147 a. C., quer dizer durante 553 anos.

Nessa época, que se estendeu quase sobre um milênio inteiro, foram escritos os letreiros que encontramos ainda hoje nos rochedos do interior do Brasil. Não é possível que todos eles sejam escritos pelo mesmo sistema e alfabeto. A escrita dos Fenícios modificou-se, nesse grande espaço de tempo, diversas vezes. Também a escrita demótica dos Egípcios não ficou sempre na mesma. Formou-se o alfabeto grego e depois apareceu o alfabeto itálico-latino. Os Cartagineses foram um povo conquistador e levaram nos seus navios tripulantes e soldados de diversas nações. As inscrições brasileiras foram escritas por mercantes e mestres de obras das minas. Foram comunicações deixadas pelas diversas expedições, para indicar o rumo das estradas, as distâncias dos lugares e a situação das minas.

É muito provável que tenha desaparecido, no correr do tempo, uma grande parte dos letreiros e quase todos que foram escritos em placas soltas. Bernardo Ramos encontrou algumas placas com escritos em Atuma, no Amazonas. No Museu Goeldi, no Pará, existem alguns vasos com letras, que foram encontrados nos aterros da ilha de Marajó. Na sala do Sumé, do Castelo das Sete Cidades, no Pauí, existe ainda a chamada "biblioteca", contendo dúzias de placas de pedras coladas pela ação atmosférica, umas em cima das outras; talvez, desligando-se essas pla-

cas por um processo químico se poderá verificar se elas contém escritos.

Finalmente, é de supor-se que os chefes dos povos tupis, principalmente os sacerdotes-piagas, aprenderam o modo de escrever dos estrangeiros e o preparo das tintas indeléveis. Assim começou também o costume entre os povos indígenas, de fazer desenhos artísticos e humorísticos nas paredes lisas dos rochedos, costume que se estendeu até a América do Norte. O investigador cuidadoso, porém, encontrará sem dificuldades, grande diferença entre as inscrições da escrita fenícia-egípcia e as similares petroglíficas do humorismo dos indígenas.

## CAPÍTULO II

### LISTA CRONOLÓGICA DOS FATOS HISTÓRICOS, DESDE 1100 ANOS ANTES DE CRISTO ATÉ 1500 DEPOIS DE CRISTO

#### I — O PRIMEIRO DESCOBRIMENTO

O escritor grego Diodoro (da Sicília) dá-nos, nos capítulos 19 e 20 do 5º livro da sua História Universal, a descrição da primeira viagem dum frota dos Fenícios que saiu da costa da África, perto de Dacar, e atravessou o oceano Atlântico no rumo do Sudoeste. Os navegadores fenícios encontraram as mesmas correntezas oceânicas de que se aproveitou Pedro Álvares Cabral para alcançar o continente brasileiro, e chegaram com uma viagem de "muitos dias" às costas do Nordeste do Brasil.

Conforme o cálculo cronológico, dado no capítulo precedente, devemos colocar essa viagem, esse primeiro descobrimento do Brasil, na época de 1100 anos a. C. Diodoro conta a viagem da frota dos Fenícios quase com as mesmas palavras com que narrou os compêndios escolares brasileiros a viagem de Cabral: os navios andavam

705.335 DI  
1987

para o Sul, ao longo da costa da África, mas, subitamente, perderam a vista do continente e uma violenta tempestade levou-os ao alto mar. Ali, perseguindo as mesmas cores lindas, descobriram eles uma grande ilha, com praias rios, cobertas por imensas florestas, com um clima ameno, abundante em frutas, caça e peixe e com uma população pacífica e inteligente.

Os navegantes andaram muitos dias nas costas dessa ilha (que foi a costa brasileira entre Pernambuco e Bahia), e tendo voltado ao mar mediterrâneo, contaram a boa nova aos Tirênios, que eram parentes e aliados dos Fenícios de Tiro. Estes resolveram logo mandar também uma expedição à mesma ilha e fundar ali uma colônia.

Para compreender essa narração de Diodoro, precisamos nos ocupar com a obra desse grande escritor. Nascido em Agrigento, cidade grega da Sicília, viveu em Roma, como contemporâneo de Cícero e Júlio César, com os quais esteve em relações amigáveis. Escreveu uma história universal em 45 livros, dos quais possuímos mais da terça parte. Era um historiador muito consciencioso, fez longas viagens, e sabia numerosas línguas. Sua obra é uma fonte inesgotável para os nossos conhecimentos da antiguidade. Como grego, não era ele amigo dos Fenícios e dos Cartagineses, mas reconheceu o grande valor dessas nações de navegantes para a civilização geral dos povos. Seria uma ofensa pueril contra a historiografia pretender que Diodoro tivesse inventado aquela narração da viagem transatlântica dos Fenícios.

Temos para isso uma confirmação indireta de parte do mesmo escritor. Em outro lugar fala Diodoro sobre a viagem dum frota cartaginesa na costa da África, até o golfo de Guiné. Foram 50 grandes cargueiros, chamados carpássios, com 30.000 pessoas a bordo, para o fim de fundar colônias no Sudoeste da África. Era chefe da expedição o general Hannon, que foi encarregado de estabelecer um grande domínio colonial para Cartago, no lado oriental do Oceano Atlântico. Essa viagem foi realizada cerca de 810 anos a. C.; mas a expedição não obteve re-

sultado. Diodoro enumerara todas as estações da viagem e indica as distâncias geográficas, que correspondem exatamente às atuais. Os Kerneos, um povo civilizado, resquício da Atlântida desfeita, que moravam na costa do Senegal, ajudaram aos Cartagineses, para encontrarem lugares para a projetada colonização; mas as condições do país eram tão selvagens que ninguém quis ficar ali, e Hannon foi obrigado a voltar, com todos os navios e passageiros, à sua terra.

Essa narração prova que Diodoro conhecia bem a situação da África Ocidental, do Oceano Atlântico e do golfo de Guiné, e sabia perfeitamente que a "grande ilha", descoberta pelos Fenícios, era situada no outro lado do Atlântico. A expedição de Hannon prova mais que os Cartagineses, naquele tempo rivais dos Fenícios do Partido de Tiro, invejavam-nos, devido ao domínio colonial que os Tirios possuíam no continente brasileiro. Por esse motivo quiseram criar um domínio igual no Sul da África.

Quanto às correntes oceânicas que levaram os Fenícios, bem como Pedro Álvares Cabral, ao Brasil, "contra sua vontade", é preciso destruir essa lenda, definitivamente.

O capitão do porto de Natal, no Rio Grande do Norte, recebeu, no fim do ano de 1926 de um pescador, uma garrafa-correio que continha uma notícia do cruzador ingles Capetown. Essa belonave cruzava a costa ocidental da África e, passando o golfo de Guiné, lançou a garrafa que chegou, em rápida viagem de seis semanas, à costa do Rio Grande do Norte. As correntes oceânicas que saem da Guiné, rumo ao Brasil, foram conhecidas dos navegadores da antiguidade como da Idade Média. Os Fenícios haviam navegado nas costas ocidentais da África, como amigos e aliados dos Tartéssios, já há cem anos e tiveram conhecimento da existência da "grande ilha" no outro lado do Atlântico. Por isso, procurando as correntes ocidentais, chegaram em poucas semanas à costa brasileira. Pedro Álvares Cabral, o mais nobre navegador da frota do rei Manoel, ele, cujo bisavô já conhecia toda a costa ocidental da África, com todas as suas correntes, aproveitou aquela conhecida estrada marítima para che-

gar rápida e seguramente à costa do Brasil, da qual já tinha em mão o mapa geográfico.

Colocamos o primeiro descobrimento do Brasil no ano 1100 a. C. porque os Fenícios ofereceram ao rei Daví da Judéa a aliança para a commun exploração da Amazônia, em 1008 a. C. Os Portugueses gastaram para chegar da Bahia ao Maranhão e ao Pará mais de cem annos. Os Fenícios fizeram suas operações investigadoras com maior rapidez e conheceram, em poucos decênios, todo o litoral do Brasil, incluindo o grande "rio-mar do Norte".

.....

Durante o primeiro século da estada dos Fenícios no Brasil deram-se ainda outras ocorrências de grande importância. Já mencionamos a resolução dos Tirrênios de mandar uma frota para a mesma "ilha", quer dizer ao continente brasileiro. Tirrênios e Etruscos são os habitantes da Etrúria, da Itália superior; foram povos pelas-gos de alta cultura, conhecidos por suas construções cicolópicas e sua fina arte cerâmica. Na ilha de Marajó mostram os compridos aterros e os antigos muros de pedras "toscas" o sistema do trabalho cicolópico dos Etruscos. Mais característicos são ainda os vasos cerâmicos encontrados em Marajó, que revelam claramente a arte e letras do alfabeto dos Etruscos. Essa migração pode ser collocada no espaço de 1080 a 1050 a. C.

Um outro ponto histórico está em relação com a guerra de Tróia, cujo término collocam os antigos historiadores no anno 1181 a. C. É nossa suposição, porém, que aquella época guerreira continuou ainda durante decênios. A luta para ganhar a cabeça da ponte entre Europa e Ásia era uma guerra mundial. Os Troianos tinham como aliados mais de 30 povos da Ásia; os agressores gregos tiveram ao seu lado 50 povos e tribos. A guerra quase ficou sem fim e resultado. Tróia foi conquistada e destruída seis vezes, como provaram as escavações. A sétima conquista era definitiva. A guerra estendeu-se sobre toda a Trácia e Ásia Menor e suas conseqüências foram desastrosas para muitos povos. Os Fenícios, que viam nos Gregos os seus

competidores marítimos e comerciais, estiveram com suas sympathias ao lado dos Troianos e prestaram seu auxilio aos vencidos. Diodoro e outros escriptores gregos contam que os Fenícios levaram milhares de pessoas dos povos vencidos para suas colónias e assim fundaram diversas novas cidades com o nome de Tróia. As mais conhecidas foram Tróia, perto de Veneza, uma Tróia no Lácio, donde nasceu a história de Eneias<sup>(8)</sup>, uma Tróia na Etrúria, que foi chamada também Troia, uma Tróia na costa de Marrocos e uma Tróia na costa atlântica da Ibéria, perto da cidade de Vigo.

No Norte do Brasil ficou a tradição de que a cidade mais antiga dessa região fosse Tutóia, cujo morubixaba era, ainda na chegada dos Europeus, o chefe reconhecido do litoral do Norte, desde o Rio Grande do Norte até o Pará. O nome antigo foi provavelmente Tur-Tróia, a união dos dois nomes mais illustres: Tur, a metrópole dos Fenícios, e Tróia, o centro heróico da resistência contra os invasores gregos. A cronologia concorda perfeitamente com essa explicação, e a eliminação da consoante *r* é regular commum na evolução da lingua Tupi. Os Fenícios fundaram mais duas cidades com o nome Tur ou Turu, uma no Rio Grande do Norte, hoje Touros, e uma na Bahia, hoje Torre.

A chegada das Amazonas ao Brasil foi na mesma época. O nome Amazonas, dado para a bacia inferior do grande rio, isto é, a região entre as fozes dos rios Xingu e Parantins, é antiga; no tempo da conquista européa assim também chamavam os Tupinambás o curso inferior do mesmo rio, conquanto o seu nome geral fosse Maranhão.

(8) — Essa Tróia é a mais conhecida, arqueologicamente e litterariamente, devido à obra *Ilíada*, o mais antigo poema épico, escripto antes de 750 a. C., attribuido a Homero, em que narra a guerra com os gregos. O herói troiano Eneias, filho de Vênus, escapa com alguns partidários e installa-se no Lácio, dando origem ao povo romano. Entre 1870 a 1890 o arqueólogo Henrich Schliemann identificou o local da antiga Tróia com a Colina de Hisarlik, descobrindo ali sete cidades superpostas. (N. do Apres.)

A história das Amazonas é um capítulo interessantíssimo da história da antiguidade. Em geral só se conhece a aparição dessas guerreiras sob sua rainha Pentestiléia, na guerra troiana, onde a valente mulher desafiou Aquiles, o primeiro herói dos Gregos. Mas, a história dessas guerreiras é muito mais antiga. Diversos historiadores opinam que a primeira sociedade de mulheres guerreiras formou-se na cidade Hespera, localizada numa ilha do grande lago Tritônis, na África ocidental. Esse lago era ligado ao Oceano Atlântico por um canal; mas, ao tempo duma grande enchente, entrou o mar pelo lago a dentro, destruindo a cidade Hespera e obrigando as Amazonas a procurarem uma nova pátria.

Essa narração lembra cataclismo oceânicos que destruíram a Atlântida; mas, existe também no interior da África Ocidental o grande lago de Tchad, e de lá sai um rio que percorre o país do Dahomé,<sup>(9)</sup> onde hoje ainda vive um povo com mulheres montadas e armadas, as chamadas Amazonas de Dahomé. Muitos escritores viajantes do século passado visitaram e descreveram esse Estado de guerreiras africanas.

Depois da destruição da cidade de Hespera, reuniu a rainha Mirina as sobreviventes e entrou com seu exército no território dos Atlantes, em Marrocos; estes exigiram que as Amazonas entregassem suas armas e se dedicassem ao trabalho agrícola. Mirina recusou-se a essa imposição e venceu-os numa batalha, obrigando-os a fornecer cavalos e viveres às Amazonas. Depois invadiram a Númidia, (hoje Argéria) onde existiu, sob a rainha Gorgo, uma outra sociedade de mulheres guerreiras. Mirina venceu Gorgo, a quem também foi imposto fornecer animais, vestidos e viveres. As Amazonas continuaram sua viagem pelo litoral da Líbia até o Egito, onde o Faraó as recebeu com amizade e ofereceu-lhes viveres. De lá passaram à Palestina e à Síria, onde o povo lhes foi hostil, travando-se

muitos combates. Os reis fenícios, porém, de Sidon e Tiro ofereceram a Mirina paz e amizade, as Amazonas ali ficaram algum tempo para repousar das fadigas da longa viagem.

Saindo da Fenícia, passaram as Amazonas para a Ásia Menor, apoderando-se dum território perto do Cáucaso, na actual Armênia. Mirina organizou ali um Estado e governou-o até sua repugnância por um tal estado de tranquilidade; sempre fizeram invasões e pilhagens no território dos vizinhos, e quando rebentou a guerra troiana logo resolveram intervir na luta. Depois da morte da rainha Pentestiléia, uma parte das Amazonas voltou à Armênia, as outras erraram e vagabundearam nos países da Ásia Menor, até que os Fenícios as convidaram a irem nos seus navios para a nova Canaã, descoberta por eles no Oceano Atlântico.

Caracteristicamente, tinham as Amazonas, na Armênia, um lago com uma ilha, chamada Faro, onde estabeleceram um centro nacional com um pequeno templo, no qual foi sepultada a rainha Mirina. Isso foi sem dúvida em lembrança da sua antiga cidade, Hespera, na ilha do lago Tritônis. No Baixo Amazonas fundaram elas a cidade Faro, e lá existe também o lago, com seu antigo templo, escondido ao meio duma pequena ilha.

## II — AS FROTAS DE HIRÁ E SALOMÃO NO RIO AMAZONAS (993 A 960 A. C.)

O tratado de Henrique Onfroy de Thoron sobre o suoposto país Ophir, publicado em Manaus, em 1876, e reproduzido em *As Duas Américas*, de Cândido Costa, em 1900, é um trabalho completo que acabou com todas as lendas e conjecturas a respeito das misteriosas viagens da frota de Salomão. Thoron sabia latim, grego e hebraico, e conhecia a língua tupi, como também a língua "quichua", que é ainda falada nas terras limítrofes entre o Brasil e o Peru. Da bíblia hebraica prova ele, palavra por palavra, que a narração dada no 1º livro dos Reis, sobre

(9) — Tchad, onde fica o Lago do mesmo nome, é hoje um país da África Equatorial, ao sul da Líbia, como Dahomé é outro país da África Ocidental, localizado às margens do Golfo de Guiné, entre o Togo e a Nigéria. (N. do Apres.)

a construção, a saída e viagem da frota dos Judeus, junto à frota dos Fenícios, refere-se unicamente ao rio Amazonas. <sup>(10)</sup>

As viagens repetiram-se de três em três anos; as fro-  
tas gastaram um ano entre os preparativos e a viagem  
de ida e volta, e ficaram durante dois anos no Alto Ama-  
zonas, para organizar a procura do ouro e de pedras pre-  
ciosas. Estabeleceram ali diversas feitorias e colônias e  
ensinaram aos indígenas a mineração e lavagem de ouro  
pelo sistema dos Egípcios, descrito por Diodoro, minucio-  
samente, no 3º livro, cap. 11 e 12. Ali, no Alto Amazo-  
nas, exploraram as regiões dos rios Apirã, Paruassu, Pa-  
rumirim e Tarchicha. No livro dos Reis, da Bíblia, está  
bem narrado quantos quilos de ouro o rei Salomão rece-  
beu dessas regiões amazônicas.

O mister de nosso tratado é principalmente a exata  
historiografia, e por isso devemos acrescentar aqui algu-  
mas explicações históricas que não se encontram no tra-  
balho de Thoron. Quando o Brasil era colônia de Portu-  
gal, os seus destinos eram dirigidos em Lisboa. Quando  
chegaram aqui os antigos descobridores, dependeram tam-  
bém, para o desenvolvimento de suas empresas, da situa-  
ção política dos países do Mediterrâneo. Os Fenícios ti-  
veram sempre muitos inimigos que invejavam as suas ri-  
quezas; mas, bons diplomatas, com ninguém brigaram,  
nunca fizeram guerras agressivas e, em toda parte, soli-  
citaram alianças políticas e comerciais. Assim, esse povo  
pequeno, que nunca foi mais de meio milhão de almas, es-  
palhado sobre centenas de colônias longínquas, pôde con-  
servar, durante dois milênios, um grande domínio mari-  
timo e colonial.

O rei Davi, dos Judeus, havia fundado um poderoso  
reino, que atingiu seu apogeu no longo governo de Sa-

(10) — É conhecida a grande amizade e forte aliança entre Sa-  
lomão e Hirã. Além de servir-se Salomão da frota ma-  
ritima dos fenícios, numa associação de interesses co-  
merciais, recorreu a Hirã quando da construção de seu  
templo, tendo o rei de Tiro designado um seu homônimo,  
o arquiteto Hirã, para comandar os trabalhos da cons-  
trução do templo. (N. do Apres.)

lomão. Os Fenícios mostraram-se muito amigos de seu  
grande vizinho, que lhes forneceu principalmente traba-  
lhadores, que faltavam na Judéa. Ambos os países esti-  
veram também em boas relações com o Egito, onde rei-  
nava a dinastia dos Tanitas. Essa "Tríplice Aliança" deu  
a seus componentes uma certa segurança contra os pla-  
nos conquistadores dos Assírios, e favoreceu as empresas  
coloniais, no Atlântico. Mas em 949 a. C. apoderou-se o  
chefe dos mercenários líbicos, Chechonk, do governo do  
Egito e destronou a dinastia dos Tanitas. Esse chefe não  
era amigo do rei Salomão, tendo este querido repor a di-  
nastia caída. Chechonk vingou-se, incitando Jeroboão a  
fazer uma revolução contra Salomão, e tornou-se o insti-  
gador da divisão do reino judaico em dois Estados. Jero-  
boão ficou como rei das províncias do Norte e Roboão,  
filho de Salomão, ficou com Jerusalém e a província da  
Judéa. Depois, no quinto ano de governo de Roboão, apa-  
receu Chechonk com grandes exércitos na Judéa, sitiou  
Jerusalém e obrigou Roboão a entregar-lhe quase todos  
os objetos de ouro do templo. Assim levou Chechonk a  
maior parte do ouro que Salomão recebera da Amazônia,  
além de quatro grandes escudos que pesavam 5 quilos de  
ouro, cada um, para o Egito. O usurpador mandou colo-  
car no templo de Arnon, em Karnac, uma grande lápide,  
na qual são narrados todos os pormenores dessa guerra  
contra a Judéa e enumeradas as peças de ouro que o  
vendedor trouxe para colocá-las nos templos egípcios.  
Essa lápide ainda hoje existe. <sup>(11)</sup>

Chechonk, que olhara de mau grado os negócios que  
haviam feito os Fenícios com os Judeus, ofereceu àqueles  
uma sociedade comercial, com o fim da procura de ouro.  
Assim apareceram, de 940 a. C. em diante, Egípcios no  
Brasil, chegados nos navios dos Fenícios. Foram enge-

(11) — Um documento assírio do ano 876 a. C. refere-se ao tri-  
buto que os habitantes de Tiro eram obrigados a pagar  
ao seu país para manterem por algum tempo aparente  
independência: "grande quantidade de ouro, prata, chum-  
bo, bronze e marfim, 35 vasos de bronze, algumas vesti-  
mentas de cores vivas e um delphin". (N. do Apres.)

nheiros, mestres de obra e trabalhadores de mineração que Chechonk mandou para abrirem minas de ouro no Brasil. <sup>(12)</sup>

Os maiores compradores de ouro, na antiguidade, eram os Egípcios. Nenhum povo desprezou o ouro, mas os Egípcios precisavam sempre do duplo e do triplo de que necessitavam os outros. Crentes na ressurreição da carne no dia do juízo final, preparavam-se para poder ingressar na vida futura em boas condições. Tinham artistas que sabiam embalsamar e embelezar os corpos e os rostos dos mortos, de tal maneira que estes apareciam perfeitos e belos ainda depois de 2 a 3 mil anos, como sabemos do túmulo da rainha Tihahen. Mas os mortos não apenas queriam permanecer novos e belos; necessitavam também de ouro, prata e pedras preciosas para reaparecerem na vida futura com os meios financeiros que correspondiam às suas posições anteriores. Por esse motivo, não só os reis, altos sacerdotes, nobres e altos funcionários, como também todas as mulheres e os homens menos ricos juntavam e acumulavam ouro durante sua vida, para ser depositado nos seus túmulos.

Uma única restrição devemos fazer às conclusões de Onfroy Thoron. É certo que os Judeus fundaram nas regiões do Alto Amazonas algumas colônias, onde negociavam, e ali se mantiveram durante muitos séculos, tendo deixado, indubitavelmente, rastros da civilização e da língua hebraica. Também o nome Solimões, para o curso médio do grande rio, tem a sua origem no nome do rei Salomão, cuja forma popular era sempre "Solimão". Mas

(12) — Reportamo-nos à carta de A. Frot mencionada por Braghine (N. 7): "para dar-lhe uma idéia, basta dizer que tenho em mãos a prova da origem dos egípcios: os antepassados desse povo saíram da América do Sul".

Também Thoron é da opinião que egípcios e pelassgos eram procedentes da América, dizendo que a língua que-chua tem muita semelhança com o egípcio antigo, o grego e até com o hindustani. Lembramos também a hipótese de Wegener de que o Ceará e o Saara formaram outrora uma única região, considerando a semelhança das condições geográficas e físicas entre o Estado brasileiro e aquele deserto. (N. do Apres.)

isso não justifica que a antiga língua brasileira, o tupi, fosse muito influenciada pela língua hebraica. O tupi é muito mais antigo e pertence à grande família das línguas pelassgas, que foram faladas em todos os países do litoral mediterrâneo. Os povos da antiga Atlântida falaram essa língua, e a mesma "língua sumérica" dos antigos Babilônios pertenceu a essa língua geral, dos Cários, respectivamente, dos Pelassgos. Os diversos ramos dessa língua diferenciaram-se entre si como, no tempo moderno, as línguas romanas.

O laço comum dos povos pelassgos era a organização da ordem sacerdotal dos Cários e o comércio marítimo dos Fenícios. Os sacerdotes e os mercantes entendiam-se com todos, e por isso formou-se, já no segundo milênio a. C. uma "língua geral" que foi falada, desde a Ásia Menor até a América Central, e deveria ser chamada "pelassgos-tupi". Essa língua, que os antigos brasileiros chamaram "nhenhen-catu" (o bom andamento), falaram os mercantes Fenícios, bem como os sacerdotes (sumés e piagas) dos povos tupis. O hebraico é muito mais novo; quando Moisés apareceu com seu povo em Canaã não trazia ainda uma língua organizada. Os tijolos com os dez mandamentos, recebeu-os Moisés da Caldeia e foram escritos na língua babilônica. Depois, aprenderam os Judeus a língua popular dos Fenícios e, muito mais tarde, elaboraram os levitas, com os elementos da língua fenícia, uma língua hierática, que ficou chamada "hebraica". A língua tupi no Brasil não tem ligação com essa formação posterior.

### III — A CHEGADA DOS EGÍPCIOS E A IMIGRAÇÃO DOS POVOS TUPIS (940 A 900 A. C.)

O segredo do sucesso em todos os grandes empreendimentos humanos está na continuação inalterável dos primeiros conceitos. Planos efêmeros, hoje iniciados, arranhã alterados, depois interrompidos, novamente reconhecidos em outra época, com novos mestres, com ou-

tras ambições, nunca terão resultados satisfatórios. Os Fenícios foram um povo disciplinado, onde cada qual se submetia ao interesse comum. Uma prática de mil anos os havia educado a todos. O navegador é um homem calado, o bom comerciante sabe guardar seus segredos. A Fenícia nunca teve reis ambiciosos, nunca teve poetas ou literatos, nem legisladores. Cada qual conhecia o seu dever: era religioso, zeloso no seu trabalho, não conhecia medo, nem do mar, nem dos obstáculos naturais, nem dos inimigos. Venceu sempre pela sua perseverança e pela sua prudente diplomacia. E nunca faltava-lhe a grande força motriz: o dinheiro.

Tais foram os homens que conquistaram o grande Brasil, sem soldados e sem belonaves. Já tinham eles diversas estações e colônias na costa do Nordeste. No Norte, no delta do Parnaíba, foi fundada Tutóia; na foz do Amazonas, em Marajó, estava a colônia dos Titrênios; mais acima andaram as mulheres guerreiras; no alto Amazonas trabalharam as colônias hebraicas. A obra já estava bem iniciada quando chegaram os mineiros egípcios à procura dos filões auríferos.

Isso não era praticável no litoral: era preciso penetrar o interior, nas regiões montanhosas. Mas, ali estava a população indígena, os povos tapuios da raça malala. O povo era pacífico e não mostrou hostilidade contra os estrangeiros. No entanto, estes necessitavam de trabalhadores para suas empresas, e de garantia e segurança para suas obras. Sem esses meios, a penetração era impossível.

Os Fenícios não ficaram muito tempo indecisos. Já conheciam as ilhas da América Central, as Antilhas, quer dizer: "Atlantilhas" (as pequenas Atlântidas). Mil anos antes de Cristo, essas ilhas eram ainda maiores, e no lugar onde hoje está o Mar das Caraíbas, havia ainda um grande pedaço de terra firme, chamado Caraiha, (isto é, terra dos caras ou caris). Nessa Caraiha e nas ilhas em redor viviam na quebra época as sete tribos da nação tupi, que foram refugiadas da desmoronada Atlântida. Chamaram-se Caris, e eram ligados aos povos carícos, do Mar Mediterrâneo. Os sacerdotes deram-lhe o nome tupi, que significa filho de Tupan.

O país Caraiha, porém, teve a mesma sorte que a Atlântida. Todos os anos desligava-se em pedaços até que desapareceu inteiramente, afundado no mar. Os tupis salvaram-se em pequenos botes, rumando para o continente, Caracas prendeu-se à essa origem. O nome da capital rhecimento dessa região e resolveram levar os Tupis e seus navios para o Norte do Brasil. Quando chegaram os primeiros padres espanhóis na Venezuela, contaram-lhes que a metade da população das ilhas, ameaçadas pelo mar, retirou-se em pequenos navios para a Venezuela, mas que morreram milhares na travessia. A outra metade foi levada em grandes navios para o Sul, onde encontraram terras novas e firmes.

Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, confirma, na sua *História Brasileira*, que essa tradição a respeito da emigração dos Caris-Tupis, da Caraiha para o Norte do continente sul-americano, vive ainda entre o povo indígena da Venezuela. O padre Antônio Vieira, o grande apóstolo dos indígenas brasileiros, asservera em diversos pontos de seus livros, que os Tupinambás, como os Tabajaras, contaram-lhe que os povos tupis emigraram para o Norte do Brasil, pelo mar, vindos dum país que não existia mais. Os Tabajaras diziam-se o povo mais antigo do Brasil. Isso quer dizer que eles foram aquela tribo dos Tupis que primeiro chegou ao Brasil, e que conservou sempre as suas primeiras sedes entre o rio Parnaíba e a Serra da Ibiapaba. Essa tradição confirma também que a primeira imigração dos Tupis passou pela foz do rio Parnaíba. Os Tupis, que emigraram mais tarde pela baía de São Marcos e fixaram seu centro na Ilha Tupan, hoje São Luiz, tornaram-se menos estimados pelos Tabajaras, Potiguares e Caris. Por isso, aqueles se chamavam orgulhosamente Tupi-nambás, que quer dizer homens da legítima raça tupi. Pagaram o desprezo de parte dos outros Tupis, pelo insulto Tupiniquins e Tupinambarana, que quer dizer Tupis de segunda classe. Sempre conservou-se também a tradição de que os Tupis tinham sete tribos.

Qual foi o fim desejado pelos Fenícios com a imigração dos Tupis para o Brasil? Procuravam um povo inteiro que lidador para sua grande empresa; um povo inteiro que assim identificou os seus interesses nacionais com os interesses da nova pátria. Os outros que chegaram no Maranhão permaneceram sempre estrangeiros; ficaram em relações com sua antiga pátria e pensavam voltar para lá, logo fosse possível. Os Tupis não podiam voltar; sua pátria fora vítima da fúria do mar. Procuravam uma nova pátria, uma terra de promessa, destinada para eles por Tupá, como disseram seus sacerdotes.

Os Fenícios tinham simpatias pelos Tupis, que eram da mesma estirpe dos povos cários; entenderam a sua linha geral "do bom andamento"; eram brancos, um pouco amarelados, como todos os povos do Sul da Europa e da Ásia Menor, e tinham uma religião com sacerdotes semelhantes à organização religiosa dos Fenícios. Além disso, eram agricultores e tinham um caráter guerreiro. Um tal povo, transferido para o continente brasileiro e nele domiciliado com o auxílio dos Fenícios, poderia tornar-se um bom aliado para estes. Os antigos historiadores citam diversos outros exemplos da imigração de povos, com o auxílio e nos navios dos Fenícios. Isso foi um dos meios eficazes de que se serviram para segurar suas espalhadanças colônias.

As primeiras massas dos emigrantes entraram na foz do Paranaíba, onde Tutóia era o porto de recepção. Dividiram-se em três tribos (ou povos) e chamavam-se Tabaajaras, entre o rio Paranaíba e a Serra do Ibiapaba, Potiguares, que se domiciliaram além do rio Poti, e Cariris, que tomaram as terras da Ibiapaba para o nascente. Não é possível que eles já chegassem com essa distinção de tribos. Os chefes escolheram esses nomes, depois da colocação dos emigrantes e delimitação dos respectivos territórios.

Entretanto, escolheram os Fenícios um outro ponto de entrada para a segunda onda dos emigrantes. Foi a ilha do Maranhão, um ponto importante para a navegação e para a penetração ao interior. Cinco rios perenes: Muni, Itapecuru, Mearim, Pindaré e Grajaú unem suas fo-

zes em redor da linda ilha e abrem o caminho para o interior. Além disso, foi naquele tempo a baía de São Marcos a embocadura oriental do rio Amazonas, quer dizer do rio Pará, formado pelos doze rios paraenses, inclusive o Guamá, o Tocantins e o Xingu. Desde a foz desse grande rio até a loz do Mearim, existiu a "estrada dos furos", entre a costa do continente e a linha ao longo das ilhas e bancos oceânicos. Mesmo no tempo dos Europeus existia ainda a passagem pelos furos, desde S. Luiz até Belém, somente interrompida em dois pontos. Por isso os Tupinambás chamaram *Mara-Ion*, "o grande rio da terra", que se estendeu desde a baía de São Marcos até os Andes, no Peru. Mas, é provável que tenham sido os navegadores fenícios os formadores desse nome, que é hoje a denominação do Estado do Maranhão e do curso alto do Amazonas. "Nomina quoque habent sua fata".

Os Fenícios escolheram, então, a ilha de São Luiz como porto de entrada e iniciaram os aliceres para a cidade, empregando o grande labirinto do sistema pelasgo. Os emigrantes deram à ilha o nome *Tupaon*, que significa *burgo de Tupan*, e nela fundaram numerosas vilas e aldeias, das quais existiam ainda 27 no tempo da chegada dos europeus. Se os Tabajaras duvidaram da descendência legítima-tupi dos emigrantes da segunda época, foi, talvez, o motivo dessa dúvida, o fato de que aqueles Tupis tinham levado consigo um certo número dos antigos indígenas da Caraiiba e das Ilhas, que lhes serviam como trabalhadores. Mas, os emigrantes repeliram qualquer dúvida sobre a pureza de seu sangue tupi e adotaram o nome significativo de *Tupinambás*, iniciando logo uma política de expansão, sobre a qual falaremos em lugar próprio.

O pagamento para os sacrifícios que fizeram os Fenícios com a transferência dos Tupis para o Brasil, foi o contrato pelo qual se obrigaram estes a fornecer aos Fenícios soldados para garantir e policiarem suas emprezas no interior. *Tupigarani* significa "guerreiro da raça tupi". Os padres portugueses escreveram *tupi-guarani*, mas no nome antigo é *garani*, derivado da palavra pelasga "garra", que mudou nas línguas posteriores em guerra,

pela lei do abrandamento das vogais. Os **guaranis** nunca foram um povo separado, foram legítimos tupis que ar-  
davam armados com as boas armas de bronze que lhes  
forneceram os Fenícios. Por esse contrato ganharam  
estes um exército aliado, cujo efetivo subiu depois a mu-  
tos milhares de guerreiros .

A respeito dos mineiros egípcios que chegaram ao  
Brasil, deve-se constatar o seguinte: nas lápides, onde são  
inscritos os acontecimentos do governo do faraó Ramsés  
III, está narrado que esse rei fundou na sua capital Tebas,  
em 1170 a. C., uma escola de engenharia e mineração.  
Dos engenheiros de minas que foram ali instruídos, man-  
dou o Faraó uma comissão para diversas regiões da Ará-  
bia para explorar as jazidas de lápis-lazúli. Uma outra co-  
missão mandou ele à Etiópia para estudar a explorar to-  
das as minas de ouro que ali existiam. Uma outra comi-  
são foi encarregada de explorar as minas de cobre de  
Ataca; outros engenheiros egípcios foram, em navios dos  
Fenícios, para o sueste da África e exploraram ali, por  
conta do Faraó, as minas auríferas de Moçambique e do  
Transval. Assim, não foi coisa extraordinária que ce-  
desse Chechouk aos Fenícios engenheiros egípcios para  
organizarem as empresas de mineração no Brasil.

#### IV — A PARTICIPAÇÃO DOS CARTAGINESES NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL (750 A. C.)

Colocamos a fundação de Cartago no espaço de 850  
a 840 a. C. Em 1240 a. C. foi fundada, no mesmo lugar, a  
colônia fenícia Birta, que ficou bem fortificada para poder  
servir como um ponto estratégico da estrada marítima,  
que liga a bacia oriental do Mar Mediterrâneo à sua bacia  
ocidental. Nesse sentido ganhou a pequena cidade de Birt-  
sa uma certa importância no movimento marítimo. No  
ano 850 a. C. deu-se uma tragédia na família real de Tiro,  
mas não conhecemos exatamente nem os fatos nem os  
nomes dos implicados. O rei foi assassinado — por insti-  
gação dum parente — e a rainha viuva Elisa (ou Dido) re-

fugiu-se, com seus partidários, e com uma grande frota,  
em Birtsa, onde foi construída a grande cidade de Cartago.  
Não é possível que esse plano nascesse do cérebro de uma  
mulher (13).

Foram dois partidos que lutaram entre si violenta-  
mente, e o partido vencido ficou obrigado a procurar uma  
outra cidade, um acontecimento muito comum na histó-  
ria da antiguidade. Neste caso, porém, saíram os dissi-  
dentes com o plano de fundar uma nova metrópole, bas-  
tante forte para dominar mesmo a antiga pátria. Corne-  
gou logo o combate entre os dois rivais.

Os Cartagineses mandaram emissários a muitos pa-  
ses para juntar operários, colonos e soldados para sua  
nova capital; os Tírios mandaram frotas para impedir  
esse recrutamento. Mas Cartago cresceu e, para vingarse  
dos Tírios, o senado cartaginês declarou que não deixa-  
ria passar pelo estreito de Gades (Gibraltar), qualquer  
navio que levasse emigrantes para a grande ilha dos Fe-  
nícios, no Oceano Atlântico. Isso foi cerca de 820 a. C.  
Os Cartagineses quiseram, principalmente impedir que os  
Tírios levassem mestres de obras e trabalhadores egípcios  
para o Brasil e ameaçaram todos esses emigrantes com a  
pena de morte, no caso de caírem eles em poder dos  
navios encarregados do policiamento do estreito.

Poucos anos depois, cerca de 810 a. C., organizaram  
os Cartagineses a grande expedição ao golfo de Gurné,  
sob a chefia de Hannon, sobre a qual já falamos. Foi a  
orgulhosa tentativa de fundar, no Oceano Atlântico, um  
domínio colonial ainda maior do que o domínio dos Tírios.  
Essa tentativa fracassou e os Cartagineses ficaram desi-

(13) — A fundação de Cartago é assunto ainda meio nebuloso  
entre os historiadores. Alguns afirmam que Pigmalião,  
filho de Bélus, rei de Tiro, e irmão de Elisa (Dido) e de  
Ana, matou Siquel e provocou a fuga de Dido para o  
Norte da África, onde fundou Cartago. Outros citam  
Schweinhagen dá como a provável fundação de Cartago.  
Quanto a Elisa é tradicionalmente apresentada como a  
fundadora da cidade, situada a 16 km da actual Tunis, e  
seu nome vem da palavra fenícia Karthadsnat (nova ci-  
dade). (N. do Apres.)

Indidos e desarmados. Mas, finalmente, com o correr do tempo, desapareceram a animosidade e a rivalidade entre os dois irmãos Tiro e Cartago; eles entraram num acordo que estabeleceu um certo condomínio sobre as possessões coloniais das duas potências. Assim, apareceram de 750 anos a. C. em diante também os Cartagineses no Brasil. Sua estação marítima estava no lago Estremoz, perto de Natal, actual capital do Rio Grande do Norte, o que será explicado no respectivo capítulo.

#### V — TESTEMUNHOS LITERÁRIOS DO 4º SÉCULO A. C.

O filósofo grego Platão escreveu o seu diálogo *Timeu* em 380 a. C. Declara ele nesse livro que seu avô Critias adquiriu um manuscrito do legislador Solon, no qual este relatou diversas e interessantes notícias geográficas. Disse Solon que os sábios egípcios lhe explicaram a posição e a história da Atlântida submersa e dos outros países que existem ainda atrás do lugar onde estava a Atlântida. Platão se declarou convicto que ao lado ocidental do Oceano Atlântico existisse um grande país <sup>(14)</sup>.

(14) — Assim se refere Alexandre Braghine, em seu *O Enigma da Atlântida*, à pg. 13, ao diálogo de Platão: "Depois os sacerdotes fizeram saber a Solon que conheciam a história de Saïs, a partir de 8000 anos antes daquela data. "Há manuscritos", disseram-lhe, "que contêm o relato de uma guerra que lavrou entre os atenienses e uma poderosa nação que habitava uma ilha de grandes dimensões situada no Oceano Atlântico. Nas proximidades dessa ilha existiam outras e mais além, no extremo do oceano, um grande continente. A ilha chamava-se Poseidônus ou Atlântis, e era governada pelos reis aos quais pertenciam também as ilhas próximas, assim como a Líbia e os países que cercam o mar Tirreno. Quando se deu a invasão da Europa pelos Atlantes, foi a cidade de Atenas, como cabeça de uma liga de cidades gregas, que, pelo seu valor, salvou a Grécia do jugo daquele povo. Posteriormente a estes acontecimentos houve uma tremenda catástrofe: um violento terremoto abalou a terra que foi logo depois devastada pelas torrentes de chuva. As tropas gregas sucumbiram e a Atlântida foi tragada pelo oceano."

O filósofo Aristóteles escreveu a sua *Geografia* cerca de 350 a. C. Nesse livro ele confirma as notícias de Platão sobre a Atlântida e declara que os Fenícios e Cartagineses haviam fundado muitas colônias no grande país do Ocidente.

Aristóteles foi o preceptor de Alexandre Magno. É certo que esse sábio ensinou a seu discípulo tudo o que sabia sobre a geografia do nosso planeta, e que o jovem Alexandre esboçou seus grandes projetos de "conquista do mundo" nas doutrinas de seu mestre. Esses planos implicavam também a soberania sobre os mares e sobre as colônias dos Fenícios.

#### VI — A DESTRUIÇÃO DE TIRO, EM 332, E A EXPEDIÇÃO DA FROTA DE ALEXANDRE MAGNO PARA A AMÉRICA DO SUL EM 328 A. C.

O ato mais brutal do grande chefe da nação helênica, cuja figura mostra tantos traços de generosidade e magnanimidade, foi a cruel destruição de Tiro e a matança de 8.000 prisioneiros, que se entregaram depois duma resistência heróica de sete meses, abatidos pela fome e pelos ferimentos. Além disso, Alexandre mandou saquear todas as casas e vender 30.000 mulheres e crianças como escravas. Só deixou, na cidade demolida, alguns velhos, e nomeou um mendigo como rei dos Tírios, de nome Abdalomno, que era vendedor de água nas ruas.

Assim terminou a glória dessa cidade que dominou, durante um milênio, em todos os mares e tanto contribuiu para a civilização humana. Foi a inata inveja do Grego contra o pequeno e tão poderoso competidor comercial e marítimo que impeliu o grande Alexandre a esse ato de brutalidade, que obscureceu o seu retrato histórico, tornando-se a sombra da sua morte prematura.

Logo depois da queda de Tiro invadiu Alexandre o Egito, que não fez resistência (331 a. C.). Visitou a capital Tebas, o afamado templo triplice de Karnac e o Oráculo de deus Amon. Voltando para o mar, escolheu no

delta do Nilo o lugar para ser construída ali uma nova capital, que devia trazer seu nome "Alexandria" e devia tornar-se a "Rainha dos Mares", em lugar de Tiro destruída. Nomeou seu general Ptolomeu governador (satrapa) do Egito, deu-lhe ordem para edificar a nova capital com o maior esplendor, e para construir, depois, uma grande frota. Esta devia procurar e conquistar o domínio colonial dos Fenícios, no Oceano Atlântico.

Alexandre continuou suas conquistas na Ásia; Ptolomeu edificou Alexandria e preparou a grande expedição para o Ocidente. Agora deixemos falar Cândido Costa (nas *Duas Américas*, pg. 48): "Não há muito, na vila de Dores, em Montevidéu, um fazendeiro descobriu uma lápide sepulcral com caracteres desconhecidos, cobrindo uma sepultura de tijolos, onde se achavam espadas antigas e um capacete, danificados pela passagem do tempo, e uma jarra de barro, de grande dimensão. Todos estes objetos foram apresentados ao douto padre Martins, o qual conseguiu ler na lápide, em caracteres gregos: "Alexandre, filho de Felipe, era rei da Macedônia na olimpíada 113. Nestes lugares Ptolomeu..." Faltava o resto. Numa das espadas se achava gravada certa efígie que parecia ser de Alexandre, e no capacete se viam esculpidas várias figuras, representando Aquiles, arrastando o cadáver de Hektor em roda dos muros de Troia. — Pode-se supor que algum chefe das armadas de Alexandre, levado por alguma tormenta, surgisse ali e marcasse com tal monumento a sua estadia". Cândido Costa extraiu essa notícia dos jornais de Montevidéu.

Temos aí um dos mais importantes documentos da antiga história do continente sul-americano. É deplorável que o exame da lápide não fosse feito mais minuciosamente, para realçar o seu valor histórico. A olimpíada 113 começou no ano 328 a. C., Ptolomeu já era há três anos governador do Egito, e o texto mutilado começou provavelmente assim: "Para estes lugares mandou o satrapa Ptolomeu uma frota sob o comando de..." O sepulcro era do chefe da expedição, que recebera do próprio Alexandre a espada com a efígie do rei; a ferrugem destruiu as palavras da dedicatória. O capacete foi também um

presente do rei. Alexandre sempre levava nas suas viagens um exemplar da *Iliada*, de Homero; o seu ídolo foi o herói Aquiles. Apêles devia pintar para ele o grande quadro, mostrando Aquiles levando arrastado o corpo do chefe dos Troianos vencidos, em redor dos muros de Troia. A mesma cena era gravada no grande capacete, que trazia Alexandre nas duas batalhas decisivas contra os exércitos de Dario. Foi o mesmo elmo, ou foi uma imitação do seu próprio, que deu Alexandre ao seu general, por ele incumbido de conquistar a América do Sul? Indubitavelmente, estava escrito o seu nome na lápide, mas o examinador não o decifrou.

Devemos supor que a frota foi conduzida por praticos fenícios, até as costas do Brasil, na altura da foz do rio São Francisco. Ali aportou ela e o chefe foi informado pelos Egípcios que no sul existia mais um grande rio, pelo qual se poderia penetrar no interior do continente. O Rio da Prata foi conhecido dos Fenícios, como provam as inscrições. A frota grega navegou ao longo da costa, até a foz do grande rio do Sul, onde naufragou, ou pelo menos uma parte, incluído o navio do almirante. Morreram êle e muitos de seus companheiros, o que indica o grande número de armas depositadas no mesmo sepulcro.

Ou travou-se um combate naval com um adversário que tinha também navios armados? Talvez fossem estes os navios dos Cartagineses.

Os sobreviventes da frota grega juntaram os corpos dos naufragos, queimaram-nos, recolhendo as suas cinzas na "jarra de grandes dimensões". Isso também deixa supor que tivessem morrido numerosos guerreiros de alta patente. Soldados e tripulantes comuns não se sepultavam com tais honras.

Alexandre morreu em 324, provavelmente envenenado por seus generais. Seu vasto império foi dividido entre os seus generais, que logo começaram a guerrear entre si. As notícias a respeito da sorte da expedição atlântica não tinham ainda chegado ao Mediterrâneo. Ptolomeu proclamou-se rei do Egito e devia enfrentar bastantes di-

ficuldades para assegurar o seu poder contra as ambições dos outros generais. Não se interessou mais pelas coisas do Oceano Atlântico.

## VII — O DOMÍNIO CARTAGINÊS DO BRASIL (324 A 147 A. C.)

Quando o rei Alexandre começou o sítio contra Tiro, mandaram os Fenícios navios com muita gente rica, com a mulher e as filhas do rei Straton, com pessoas doentes e com grandes quantidades de ouro e jóias a Cartago, pedindo auxílio contra os agressores. Os sitiados contaram com esse auxílio até o último dia, mas os Cartagineses não mandaram nem navios nem soldados nem víveres, desculpando-se sob a alegação das grandes lutas que mantinham na Sicília. Depois da queda de Tiro, tomaram eles posse de todas as colônias dos Fenícios, na Espanha e nas costas atlânticas. Depois da morte de Alexandre tornaram-se os únicos senhores do Oceano Atlântico.

Em 270 a. C. começaram as lutas entre os Cartagineses e os Romanos, as quais terminaram em 147, com a destruição de Cartago. Nessas guerras sofreram os Romanos inumeráveis derrotas, mas venceram pela sua persistência e pelo patriotismo de seus soldados, enquanto os Cartagineses enchiam seus exércitos e suas froças com soldados estrangeiros e mercenários.

Já em 230 a. C. compreenderam os Cartagineses que não poderiam resistir aos Romanos, que sempre recomeçaram a guerra com novas forças militares. Por isso, resolveu o senado cartaginês transferir a capital de seu império para as ilhas Macárias, hoje chamadas Canárias. (Os escritores latinos traduziram o nome Macárias erradamente em Fortunatas. Os navegadores da Idade Média mudaram o antigo nome em Canárias).

Os senadores cartaginêses, que eram todos comerciantes, capitalistas e proprietários de navios, quiseram salvar o domínio colonial que lhes fornecera as suas riquezas. A ilha, onde está hoje o grande porto marítimo Las Palmas, conserva diversas inscrições com letras fe-

nicias, escritas no mesmo sistema que as inscrições brasi-  
leiras. Quando as Canárias foram colonizadas, nos séculos XIV e XV, pelos Portugueses e Espanhóis, encontraram eles uma população indígena branca, e na costa, em diversos pontos, erguiam-se seis altas colunas de pedras que serviam de balizas e faróis aos navegadores.

A resolução do senado cartaginês de transferir para essa ilha a sua capital, mostra claramente que os Cartagineses tinham um intercâmbio permanente com as costas sul-americanas. Os historiadores Tito Lívio e Políbio falavam sobre essa resolução, afirmando que, caso os Cartagineses tivessem realmente esse plano, os Romanos não poderiam aniquilar o poder deles, pois estes não tinham conhecimento do oceano, nem forças marítimas para dominar regiões tão afastadas. Diodoro diz que os Cartagineses sempre pensaram firmar-se em lugares escondidos, e desconhecidos, onde seus inimigos não os pudessem perseguir.

A prudente resolução do partido dos mercantes, porém, não se realizou. Amílcar Barca, o chefe do partido conservador e militarista, organizou demonstrações populares contra uma tal traição à pátria e a moçada jurou nos templos defender o solo pátrio, até a última gota de sangue. Amílcar prometeu organizar, na Espanha, um novo poder militar, suficiente para enfrentar todas as ameaças dos Romanos. As guerras continuaram e Cartago caiu, não sem própria culpa, em 147 antes de Cristo.

## VIII — AS RELAÇÕES CORTADAS

Cortadas as relações marítimas e comerciais entre o Mar Mediterrâneo e o Brasil, os Fenícios e Egípcios, residentes aqui, procuraram outros campos para a sua atividade. Influenciou também o declínio do rendimento das minas de ouro e prata em muitas partes do Brasil. Assim começou o êxodo dos Fenícios e Egípcios para os países do Oeste e Norte: para a Bolívia, Peru e México. Apolônio Frot descobriu uma inscrição, indicando que um grupo de Egípcios subiu o rio Madeira, fundou uma colô-

nia no território boliviano e iniciou ali a exploração de minas de prata.

Outras expedições subiram o Amazonas até os Andes do Peru. A civilização peruana começou no último século antes da era cristã, oito séculos antes da chegada dos Incas, como provou o sábio cearense Domingos Jaguaribe. Outros procuraram, nos últimos navios dos Fenícios e Cartagineses, as costas da América Central. A civilização mexicana principiou também 100 a. C. O grande calendário solar do antigo México começa com o ano 75 depois de Cristo. Todas as grandes construções, pirâmides, templos necrópoles e palácios do antigo México manifestam a arte egípcia. Esse desenvolvimento concorda perfeitamente com os nossos cálculos cronológicos.

Os eruditos Romanos da era cristã tiveram também conhecimento do continente americano. O filósofo Sêneca, que morreu em 65 d. C. escreveu: "Sabemos que no Oceano existe um país fértil, que além do Oceano existem outros países e nasce um outro orbe, pois a natureza das coisas em parte nenhuma desaparece."

#### IX — AS VIAGENS DO APOSTOLO SÃO TOMÉ AO BRASIL (50 A 60 D. C.)

Na antiga literatura cristã encontramos a tradição de que o apóstolo São Tomé pregou o Evangelho nas costas e ilhas do Nordeste da África. O nome S. Tomé foi dado àquela ilha, devido a essa tradição. Diz-se que o apóstolo morreu velhíssimo, num país muito longínquo.

Os primeiros padres portugueses que chegaram ao Brasil ouviram dos piagas que já mil anos antes chegara um Sumé que ensinou uma nova religião. Ele fez longas viagens pelo interior e ganhou muitos crentes. O padre Antônio Vieira escreveu muitas vezes estar convencido de que um apóstolo de Cristo já andara no Brasil. Ele pensava que o nome Sumé era uma modificação de Tomé. Isso é um erro; a palavra Sumé, como nome de um alto sacerdote, pertence à antiga pelasga.

Os Tupis deram esse nome ao apóstolo para vendrá-lo.

Os piagas mostraram aos padres diversos sinais de pés que significaram que ali estivera o Sumé, cercado por seus amigos e adeptos. Tais sinais de pés existem no interior de Alagoas, onde os padres deram ao rio, que passa ali, o nome de S. Tomé. O mesmo sinal existe em Oeiras, no Piauí, e o povo sempre venerou esse sinal, desde a antiguidade. A forma do pé, gravada numa chapa de pedra, é uma placa comemorativa, usada pelos povos antigos para indicar que naquele lugar esteve um homem, que foi um benfeitor do povo.

A travessia de S. Tomé pelo Atlântico nada tem de milagrosa. Naquela época, a população das Canárias e das Ilhas do Cabo Verde tinha ainda bons conhecimentos do Brasil, e o zeloso apóstolo procurou uma caravela para ir com seus amigos pregar a nova religião aos povos do outro lado do Oceano.

#### X — A NAVEGAÇÃO ARABE NOS SÉCULOS II A VIII

Nos três primeiros séculos da era cristã dominaram os Romanos inteiramente o Mar Mediterrâneo. Cada navio que não fosse registrado pela polícia marítima era confiscado, a carga vendida em hasta pública e os tripulantes condenados como piratas. A navegação livre foi expulsa para as costas da África, e um novo centro marítimo formou-se nos mares da Arábia. O patrimônio marítimo dos Fenícios passou para os povos da raça árabe.

Esses navegadores percorreram os mares entre as Índias e África do Sul e andaram até a América do Sul. Um sábio sírio que fez viagens pelo Brasil declarou, numa conferência que fez, em 1923, no Maranhão, com diversos professores brasileiros, que na antiga literatura árabe existem muitos documentos sobre as viagens dos navegadores árabes para o Brasil e Chile. Aquelles navios rodaram, nos séculos IV e V, quase todas as costas da América do Sul, e as narrações sobre essas viagens contém muitas notícias a respeito dos antigos países e povos

deste continente. Nos eruditos círculos árabes de Cairo se estuda essa literatura, fazendo-se publicações interessantes sobre esses fatos históricos.

Nós sabemos que Marco Polo, o único escritor europeu que publicou na Idade Média um livro sobre a geografia marítima, colheu todos os seus conhecimentos nas viagens que fez em navios árabes. Foram então navegadores árabes que contaram a Marco Polo a existência dos países Catai e Sipanga, nomes até aquele tempo desconhecidos na Europa. Sobre isso falaremos mais tarde; aqui seja somente constatado que esses nomes foram comunicados à posteridade pelos Árabes.

#### XI — A ORIGEM DA "ILHA DAS SETE CIDADES"

Já no tempo do império romano apareceu na nomenclatura geográfica a *Insula Septem Civitatum*, que significa *Ilha dos Sete Povos*. No Latim, *civitas* não é cidade, mas a coletividade dos cidadãos. Os escritores romanos chamam um pequeno povo *civitas*, quase o mesmo a que nós chamamos uma *tribo*. Na língua portuguesa esqueceu-se a antiga significação e *civitas* ficou erradamente traduzida como *cidade*, com o significado de *urbe*.

O primeiro documento é uma crônica da cidade Porto-Cale (hoje, o Porto), escrita em latim, por um padre católico, cerca de 740 d. C. Foi quando os maometanos árabes já haviam destruído (em 711) o império dos Visigodos da Espanha e invadido a Lusitânia. O arcebispo de Porto-Cale recusou submeter-se à dominação dos maometanos e deliberou com seus co-diocesanos como fazer para evitar as grandes humilhações dos cristãos. Perante o grande poder dos árabes, que tinham quase a península inteira, surgiu como único meio a emigração. O Porto já possuía naquela época um extenso comércio marítimo e os peritos de navegação declararam ao arcebispo que existia no Oceano Atlântico um grande país a que os pilotos chamavam a "Ilha das Sete Civitates".

O arcebispo resolveu ir para lá e com mais outros bispos e cônegos. Milhares de fiéis se declararam pron-

tos a acompanhar o corajoso prelado. Juntaram-se 20 veleiros e a expedição saiu em 734, com 5.000 pessoas. A crônica narra que a frota chegou salva no país de seu destino e que muita gente se preparava a seguir para a grande ilha. Outros cronistas narram que a emigração do povo lusitano para a mesma ilha tornou, naquela época, grandes proporções, de maneira que os árabes ficaram muito inquietos, com esse acontecimento. Os comerciantes árabes, por esse motivo, armaram uma esquadra, que devia ir para a mesma ilha, e verificar as condições daquele país.

Essas narrações são uma segura indicação de que:

1º) Os navegadores ibéricos das costas atlânticas e os navegadores das Canárias e do Cabo Verde sempre guardaram a lembrança do grande país do Ocidente, cujo nome se identificou com o nome da ilha dos sete povos, respectivamente, *das sete cidades*; 2º) Que se realizou já à época de 700 a 950 anos d. C. uma extensa emigração da Península Ibérica para a América Central e a América do Sul, precedente à chegada dos Normandos, Noruegueses e Irlandeses na América do Norte.

A respeito da expedição do arcebispo de Porto-Cale, não temos provas de que ela chegasse ao Brasil; é possível que ficasse nos Açores ou chegasse a uma ilha das Antilhas, onde se encontrou, no tempo de Colombo, descendentes dumra antiga emigração europeia. O ponto saliente para as nossas investigações é que, naquela época, a existência da ilha das sete civitates, ou cidades, era conhecida, e que todos os emigrantes só procuraram essa ilha.

Quando a "cavalaria dos mares", dirigida pelo Infante Dom Henrique, começou, de 1420 em diante, a procurar novas terras, todos os navegadores buscaram a grande ilha das sete cidades. Muitos voltaram com a nova de ter encontrado a ilha lendária; mesmo à Ilha da Madeira chamaram eles primeiro de "Ilha das Sete Cidades". Mas, o grande geógrafo e eremita de Sagres sabia bem que essa "Ilha" era um continente. Finalmente, em 1473, chegou em Lisboa o açorense Fernando Telles, mostrou o seu

roteiro e apresentou o mapa duma longa costa, com muitas ilhas, furos e rios, declarando que essa costa pertencia a grande ilha das sete cidades. Era a costa do Norte do Brasil, entre Maranhão e Ceará, com o delta do rio Paranaíba. O rei D. Afonso V e a Junta dos Matemáticos, presidida por seu filho, o futuro rei D. João II, acharam a descoberta de Fernando Teles muito importante, mas não consentiram que Teles recebesse a reclamada carta de doação para a ilha das sete cidades. Uma carta de doação não lhe foi recusada, mas em seu teor ela evitou aquela denominação e falou só de uma grande ilha ocidental que Teles pretendia povoar. Os documentos desses descobrimentos e as cópias das respectivas cartas de doação estão guardados no Arquivo de Tombo, na repartição das ilhas. Foram publicados na ocasião do centenário da independência do Brasil.

Teles, que possuía oito caravelas e cujos pilotos navegaram em redor das ilhas Antilhas, bem como no litoral do Norte do Brasil, não ficou muito satisfeito com o teor da sua carta de doação, e, tendo largas relações com o comércio lisbonense, pôde ele influenciar de certo modo o governo. A Junta dos Matemáticos encarregou, então, o cônego Fernão Martins (ou Fernão Roriz) de escrever uma carta ao geógrafo florentino Toscanelli e consultá-lo a respeito da situação da ilha das sete cidades. A resposta do sábio italiano foi tal que a Junta dos Matemáticos não se apôs mais à entrega a Fernando Teles da carta de doação para a ilha das sete cidades, em 1476.

O genro de Teles, Fernando Ufno, que fez depois da morte de seu sogro uma campanha comercial com um cidadão da Madeira de nome Afonso Estreito, e outros sócios para explorarem a ilha das sete cidades, recebeu em 1485 uma nova carta de doação, na qual o rei se obrigou a fornecer ao donatário navios armados e forças militares para a CONQUISTA DAS ILHAS E TERRAS FIRMES DAS SETE CIDADES. Esse documento, escrito sete anos antes da primeira viagem de Colombo, prova que os "matemáticos" do rei João II sabiam perfeitamente que a chamada ilha das Sete Cidades era um CONTINENTE, com ilhas e terras firmes.

## XII — O SIPANGA, RESPECTIVAMENTE, CIPANGO, DE MARCO POLO E PAULO TOSCANELLI

O veneziano Marco Polo escreveu seu livro cerca de 1250 d. C. Ele fez viagens ao Oriente durante 20 anos (1230 a 1250) e formou seu conhecimento, a respeito de Catai e Sipanga, pelos navegadores árabes. Estes explicaram a Marco Polo que esses países eram situados da Arábia para o nascente, mas se poderia alcançá-los também NAVEGANDO PARA O POENTE. Marco Polo compreendeu bem essa idéia e baseou nela a sua teoria de circumnavegação da terra. Já os navegadores feniícios sabiam que a terra tem a forma esférica, e os árabes, que navegaram naquela época entre as Índias Orientais e a América do Sul, sabiam que se pode chegar ao Extremo Oriente e às ilhas do Pacífico, navegando para leste, bem como para oeste. O esperto Veneziano que nem foi geógrafo, nem astrônomo, nem físico como Copérnico e outros, compreendeu o segredo da geografia terrestre e voltou para a Europa com a nova teoria: "Para ir às Índias, pode-se tomar uma caravela e navegar para o poente". Os Turcos ameaçaram o caminho terrestre para as Índias; então, o comércio teve um outro caminho mais fácil, mais barato e mais seguro. Aqui está o grande mérito de Marco Polo e, realmente, seu livro foi a base não só para a nossa ciência geográfica e astronômica da época da renascença, mas também para o descobrimento do "Novo Mundo".

Mas, por outro lado, o livro de Marco Polo criou também uma grande confusão nas outras noções geográficas. Ele não sabia a língua dos árabes e entendeu-se com os navegadores por meio de intérpretes que sabiam italiano. Não tinha a menor noção sobre as distâncias marítimas, e como os navegadores dissessem que atrás das Índias e das ilhas (quer dizer, Polinésia e Austrália) estava o grande país Catai e atrás dele Sipanga, pensava Marco Polo que Catai fosse a China e Sipanga fosse o Japão. Os modernos escritores chineses e japoneses provaram, há mu-

tos anos, que a China nunca teve o nome Catai, nem o Japão o nome Sipanga.

No livro de Marco Polo o último nome não é escrito Sipanga, mas Cipango, diferença que não tem importância. No italiano sempre se usa a terminação "o" em palavras exóticas, e o "C" no princípio da palavra é errado, pois ninguém disse "Tchípanga, como se devia pronunciar o nome com o C italiano. Nem a língua japonesa, nem o árabe, nem o tupi possui a consoante "tch". Poderiam, por isso, bem supor que o nome era Sipanga.

Marco Polo conta que esteve na China, onde foi chanceler e conselheiro íntimo do "Grande Khan da Mongólia", e acrescenta muitas histórias fantásticas, que os modernos chineses declararam puras invenções. Mas, para lá ele viajou por terra, saindo da Índia; por isso não pôde ele calcular a distância marítima. No Japão, a que ele chama Sipanga ou Cipango, não esteve, mas declara que essa ilha estava situada longe no Grande Oceano, DEZ MIL MILHAS DISTANTE DO CONTINENTE ASIÁTICO, QUASE NO MEIO ENTRE A ÁSIA E A ÁFRICA.

Esta foi, indubitavelmente, a indicação que Marco Polo recebeu dos navegadores árabes. No meio, entre as Índias, nas quais contavam-se também as ilhas da Polinésia e África, está a América do Sul, e não o Japão. Assim confirma Marco Polo, mesmo contra a sua vontade, a nossa hipótese de que Sipanga era o nome antigo duma parte da América do Sul, respectivamente do Brasil.

E agora Catai. Plínio diz que os Montes Catai são altas montanhas da Sarmenia. Isso é uma noção vaga: Sarmacia é a grande planície do Norte da Europa e da Sibéria. Lá existe a montanha "Altai", mas os Romanos tinham poucos conhecimentos daquelas regiões. Os navegadores árabes da Idade Média, que andaram no país Catai, não atingiram essas regiões continentais do Norte.

O autor deste tratado viajou no Alto Solimões e nos rios do Acre, no ano de 1910, quando não estudava ainda a antiguidade do Brasil. Ali ele foi informado que as tribos indígenas chamam aquela parte do Brasil de "Catai". O grande mapa do Acre, organizado por ordem do Governo Federal, no tempo das negociações com a Bo-

livia e Peru, contém diversos lugares com o nome Catai, conforme as denominações dadas pelos moradores daquela região.

A palavra tupi cata-i significa "o grande matto do rio". Esse rio, respectivamente todos os rios que formam a bacia do Alto Amazonas, vem dos Andes. Por isso, pode-se explicar Catai como o grande país do matto que se estende até as altas "montanhas". A nossa hipótese é que Sipanga, o país dos sete povos, era o nome dado ao Nordeste do Brasil, até o Pará, enquanto Catai era a denominação do interior da Amazônia, até os Andes.

.....

Toscanelli acrescentou à sua carta, escrita em 1475 ao rei D. Afonso V, um mapa, no qual ele desenhou a posição das ilhas, Antilhas e Sipanga, quase no meio entre a África e a Índia Oriental, com distâncias quase exatas, a respeito das dimensões do Atlântico mas não conhecia ainda a existência do continente americano. Ele pensava que se pudesse navegar desde o Mar Mediterrâneo até o continente da Ásia, numa linha reta, que passava entre as Antilhas e Sipanga, opinando que as ilhas Antilhas fossem uma grande ilha apenas.

Depois disse: "O que vós chamaís a Ilha das Sete Cidades é a grande ilha Antilha, que se estende para o Sul, quase até a ilha Sipanga. A distância entre essas duas ilhas é de 2500 espaços que são iguais a 225 léguas. A ilha Sipanga é a maior ilha que nós conhecemos e é riquíssima em metais e pedras preciosas, assim como em todas as outras riquezas da natureza".

Toscanelli escreveu essa carta na idade de 73 anos. Era um dos mais instruídos geógrafos do seu tempo. Tinha feito muitas viagens para o Oriente, onde recebeu da parte dos Árabes as informações sobre as distâncias marítimas. Ele convenceu-se de que a asserção de Marco Polo, a respeito da identidade de Japão e Sipanga, fosse errada e calculou bem, que Sipanga estivesse situada no lugar onde está o Norte do Brasil. A distância entre a ilha mais meridional das Antilhas e as Goianas é menor de 225 léguas.

O erro de Toscanelli de que as Antilhas fossem uma única ilha é sem importância. Se ele tivesse sabido que as Antilhas são um grande grupo de ilhas não poderia identificá-las com a ilha das sete cidades. Em todo caso, a Junta dos Matemáticos de Lisboa tirou da carta do geógrafo florentino a confirmação de que Siparanga seja um continente, como indicou o mapa de Fernando Teles. A costa, com embocaduras de grandes rios, não podia ser a duma ilha.

.....

A lista dos fatos acima enumerados forma a grande moldura histórica, dentro da qual desenvolveu-se a antiguidade do Brasil. Examinaremos agora os acontecimentos que se desenvolveram no próprio solo brasileiro.

### CAPÍTULO III

#### ORIGEM, LÍNGUA E RELIGIÃO DOS POVOS TUPIS

A cronologia dos fatos históricos dada no capítulo precedente contém um ponto que o historiador não pode sustentar por documentos irrefutáveis. Isso é a teoria de Vernhagen e dos padres espanhóis, que opinaram que os Tupis e Caris saíram das ilhas caralísticas para a Venezuela e o Norte do Brasil. Outros escritores brasileiros apresentaram diversas conjeturas, de que os Tupis tiveram suas sedes originais no planalto da Bolívia ou nos pendores dos Andes, de onde chegaram, depois de longas migrações, às costas brasileiras.

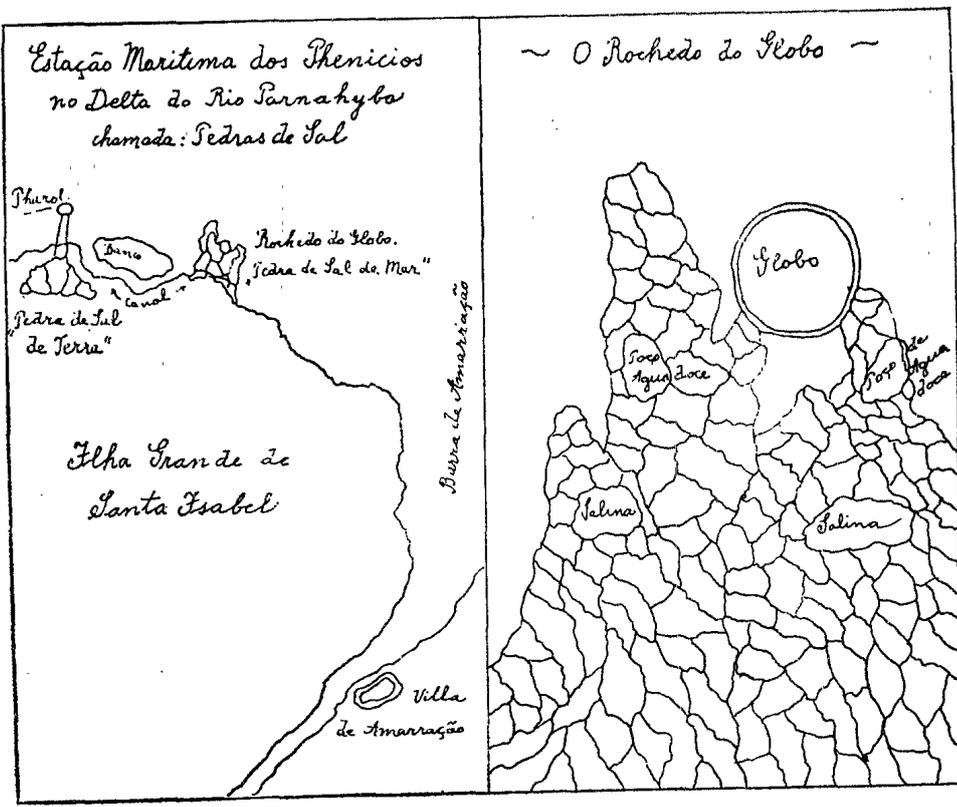
O autor deste tratado nunca pôde suprimir suas dúvidas a respeito dessas teorias; mas, por recomendação dum amigo culto e zeloso colaborador de minhas investigações, adotei a opinião da emigração dos Tupis da parte das ilhas caralísticas. Novas indagações, porém, me obrigam a abandonar definitivamente a teoria da origem brasileira, respectivamente americana, dos Tupis, e declaro agora com plena convicção o seguinte: Tupi é o nome coletivo de todos que adoraram Tupan como Deus supremo e único, significando a palavra: "filho ou crente de Tupã".

A religião tupi apareceu no Norte do Brasil, na época de 1050 a 1000 anos antes de Cristo, simultaneamente com os Fenícios. Essa religião foi propagada por sacerdotes cários, emissários da ordem dos piagas, sob a direção dum chefe-sacerdote chamado Sumer, qual nome mudou, pelo abrandamento da letra r em Sumé.

A lingua tupi é um ramo da lingua sumérica, formada e falada pela Ordem dos Magos, na Caldeia, desde os tempos do rei Urganá, isto é, 4000 anos antes de Cristo. O Sumer, chefe espiritual da nação, era o mestre supremo da legitima e sagrada religião, por isso chamada "lingua sumérica". Os primeiros documentos escritos, os quais possuímos e que são guardados no Museu Britânico de Londres, são leis do rei Urganá, escritas em placas de barro queimado, assinadas pelo mesmo rei. O texto dessas leis contém dúzias de palavras tupi. O teor da primeira lei assim começa: *Jâr Urganá, Agad te Sumermu-ru...* *Jâr* significa: senhor, rei, chefe temporal. No tupi temos a mesma palavra: *Taha-jaras*: senhores das tabas. *Goiá-jaras*: senhores dos Goiás. Na Pérsia ficou sempre esse título: *Jâr Dario*, até o último *Shar da Pérsia*, destronado pelos bolchevistas. O *Tsar da Rússia* tinha o mesmo título.

*Agad* é o nosso *agatu* ou *acatu*: bom; do grego *agathos*. No título do rei Urganá significa *agad*: majestade. A conjugação te é igual nas linguas antigas: no grego *et*, no latim *te*, no tupi *ité*, como em *Itá-ité* (pedras), *batur-ité* (montes altos). (Nas antigas linguas formou-se o plural pelo sufixo *te*, como se diz: uma pedra e mais uma pedra).

*Sumer*, no título do rei Urganá, significa que aquele monarca reuniu na sua pessoa o poder temporal com o poder espiritual, quer dizer, foi rei e simultaneamente chefe da ordem dos Magos. Na história da Babilônia encontraram-se muitos casos, em que os chefes da Ordem estiveram em oposição contra as dinastias. Por esse motivo assumiram alguns reis também o cargo de Sumer. De outro lado, arrogaram às vezes chefes da Ordem honras de realza, como aqueles três Magos que visitaram o menino Jesus denominaram-se reis.



Mu significa na lei de Urganá "construiu". Segue a lista dos templos, palácios, edifícios e canais que o rei mandara construir. No tupi temos o mesmo verbo; cará-mur é o mestre de obras da escola dos Cários. Da mesma origem são, no latim, as palavras *murus* e *murare*; no germano, *mauer* e *maurer*; no alemão do baixo, *mur* e *muren*.

Esse exemplo de parentesco entre a língua tupi e a antiquíssima língua sumérica abre-nos uma vista clara na antiguidade brasileira. Os plágas trouxeram para cá a língua da sua ordem, ampliaram-na pelos vocábulos das línguas indígenas tapuias e formaram uma língua geral, o *nhenhen-gatu*, que significa "o bom andamento", e devia diferenciar os educados e civilizados crentes de Tupandós selvícolas tapuias.

.....

Na época de 1800 a 1700 anos a. C. saiu da Caldáa, como emissário da Ordem dos Magos, o progenitor, respectivamente organizador e legislador dos povos cários, chamado K. A. R. Esse nome é uma fórmula cabalística, cuja significação pertencia aos segredos da Ordem. Car fundou a confederação dos povos cários com a capital Hali-Kar-Nassos (Jardim Sagrado de Car), na ponta de sudoeste da península da Ásia Menor. Heródoto nasceu na mesma cidade e deixou-nos, na sua "história universal", os traços principais da vida e da grande obra civilizadora de Car.

A religião, propagada por Car, era baseada na crença a um Deus onipotente, a quem ele chamou P. A. N., também uma palavra cabalística, que significa "Senhor do Universo". Dois séculos depois pregou Moisés a mesma crença a um Deus onipotente, a quem ele chamou Je-oh-va. O nome Pan, com o significado Senhor, ficou nos países orientais em todos os tempos. Alexandre Magno foi chamado na Ásia "O Pany Alexandros". Na Tchecoslováquia, na Polónia, na Rússia e em outros países usa-se ainda hoje *Pane* e *Panje* como elocação. "Pane Antony" é igual ao "Sir Antonio". Note-se também que a palavra *panis* (nosso pão) vem de Pan: a dádiva de Deus.

Tu-Pan, o Deus onipotente na religião dos antigos brasileiros, significa: "Adorado Pan". Na língua dos Cários, Fenícios e Pelasgos significa o substantivo *Thus*, *thur* (respectivamente *tus*, *tur* e *tu*): "sacrifício da devoção" ou "incenso". Tudo que o homem oferece a Deus é, na língua da ordem dos sacerdotes cários, T. U., também uma fórmula cabalística. O infinitivo do verbo "sacrificar" é, no fenício: *tu-an*; no germano, *tu-en*; no grego, *thu-ein* e *thy-ein*; no latim, *tu-eri* (venerar, contemplar, olhar, guardar). Thus, também no latim, é o incenso que se oferece a Deus, respectivamente aos deuses. A origem de *Tupân*, como nome do Deus onipotente, recua à religião monotheísta de Car.

O caráter do monotheísmo não fica alterado, pela circunstância de que a religião de Car reconheceu também uma divindade feminina, como a religião cristã-católica adora a Nossa Senhora. Na Ásia Menor foi adorada, como mãe de Deus, a divindade *Kybele* (ou *Cibebe*), com diversos outros nomes locais. Entre estes nomes encontram-se *Tu-pana* e *Tu-Kera*. O nome da deusa *Ceres* foi escrito no latim arcaico *Caeres* e *Kaeres*, cujo nome é uma forma feminina de *Kar*. Outras formas femininas são *Karmosa*, *Karmina*, *Kaermona*, *Kaerimona* e *Caerimona*, donde vem nossa palavra "cerimônia", que significava antigamente: "o ativo gesto da sacerdotisa de *Vesta*". A ordem das *Vestais* era uma filha da ordem das *Caratides*, cuja primeira chefeina foi *Caria*, filha de Car. Vestígios dessa crença encontramos na religião e língua tupi. Os primeiros evangelizadores do Brasil, padres católicos, que indagaram, nas suas conferências com os piágas (respectivamente, pagés) e com os principais das tribos indígenas, das crenças e noções religiosas dos Tupis, encontraram as seguintes palavras:

19) Com o nome *Tupân* veneraram os Tupis o único e onipotente Deus, como criador e governador do mundo;

20) Pelo nome *Tupana* indicaram os Tupis a força divina e criadora, exatamente como se chamava a deusa *Cibebe*.

30) A palavra Tupan-Kere-Tan, explicam os padres Manoel da Nóbrega e Anchieta, conforme as interpretações dadas pelos pagés, como "terra da madre de Deus". Não tendo a língua portuguesa a letra K, escreveram os posteriores escritores: Tupan-Cere-Tan, e traduziram: "terra de Ceres, respectivamente da mãe da natureza". O autor explica a palavra Tupan-Kere-Tan como "a terra da mãe divina" ou "a mãe divina da terra". Essa divindade feminina ficou na religião tupi no lugar secundário; mas os padres católicos a identificaram logo com a Nossa Senhora.

40) Existem na língua tupi também os nomes Kerina (escrito também Querina) e Kera-ima, indubitavelmente derivados de Kaerimona, da religião de Car. Os piagas explicaram a palavra como nome da "mulher sem sono, que não dorme e fica vigiando, para ajudar às mulheres doentes, que a chamam". Outros interpretaram Kerina como a "mãe da água", que protege a criação de peixe contra aqueles que o envenenam usando timbó. Os padres denominaram, depois, as mulheres que não pediram o batizado de suas crianças, Kera-ima, qualificando-as como "adeptas de Kerima."

Essas quatro palavras da religião tupi apresentam para o historiador e filólogo a prova de que essa religião foi introduzida e propagada no Brasil pelos sacerdotes, respectivamente emissários da ordem de Car, chamados piagas. Antes de explicar o significado desse nome, devemos falar sobre a palavra abuna, com a qual chamaram os Tupis os padres da Companhia de Jesus. O padre Antonio Vieira conta-nos como seus amigos indígenas explicaram esse nome: "Tu és nosso pai (aba) e andas com vestido preto (una)"; então, abuna é o padre vestido de preto.

Já Vernhagem encontrou na antiga história do Egito a palavra abuna como nome dum sacerdote, e perguntou

se poderia existir entre essa palavra egípcia e a palavra idêntica tupi qualquer relação. Hoje temos uma prova mais simples. Pergunte-se a algum comerciante sírio-fenício residente no Brasil como se chama na Síria um padre. Ele dirá: "na nossa terra existem duas categorias de sacerdotes. Cada aldeia ou paróquia tem um padre casado, que vive com seus crentes e administra a igreja. Além disso temos frades, não casados, que fazem viagens e visitam as comunidades dentro e fora da Síria. Eles andam com batinas pretas, compridas, e com carrolas altas, a quem chamamos abuna. Esse é um nome muito antigo". Não precisamos de mais provas. A palavra abuna tem a idade de 3000 anos ou mais. Era o nome popular dos sacerdotes que acompanharam os antigos navegadores fenícios nas suas viagens longínquas. Esse nome conservou-se no Brasil desde aqueles tempos, da mesma maneira como ficou aqui o nome Caramanos para os comerciantes ambulantes do Oriente, hoje modificado na forma popular para Carcamanos.

O nome oficial dos membros da ordem de Car era piaga, como declararam os pagés aos primeiros padres católicos, na Venezuela. P.I.A. é uma palavra cabalística dos Magos e abrange tudo que nós compreendemos na palavra "religião". A.G.A. é servidor de Deus, trabalhador da fé, guia do povo, ministro de Deus e do rei. Nas línguas fenícia, árabe, turca e grega encontra-se a palavra aga com aquele significado. Agere (agir) no latim, como agein, no grego, são derivados; no sânscrito, na Veda, nas línguas germânica e célticas existe a mesma palavra (ackren). Conhecemos centenas de nomes compostos com athos (Agamenon, Agarnedes, Aganipa, Agatussa etc). Athos (grego) e agatu (tupi) significam "pau".

Piaga significa "propagador de religião". No tupi encontramos pia para coração, bom andamento, caridade e obediência. O mesmo significado tem a palavra pia nas línguas fenício-pelasgas. No grego mudou o p em b: bia é a força moral e física, bios é a vida, movida pelo coração. No latim temos: pia, pius, piare, pietas (piiedade) e muitos compostos.

**Tupi** não pode ter outro significado que "filho ou crente de Tupã" — "Povos tupis" foram todos eles que adotaram a religião tupi.

**Tupinambá** era o varão legítimo tupi. **Tupigarani** era o guerreiro tupi. **Tupi-naés**, **tupinikin** e **tupinaki** eram parentes, respectivamente sócios dos tupis. **Tupinambarana** eram tupis afiliados, mas não legítimos. **Tupiretana** é a terra ou região onde moram tupis.

A respeito da religião tupi devo acrescentar ainda algumas explicações. O padre Claude d'Abbeville, um dos fundadores da cidade de São Luiz do Maranhão, que esteve na ilha de São Luiz durante um ano (1612 a 1613) e escreveu seu afamado livro sobre as 27 aldeias dos Tupinambás daquela ilha, confirmou em cada página do seu livro que os Tupinambás eram monoteístas. Eles veneraram (não adoraram) Tupã como Deus onipotente e supremo, e não conheceram outros deuses. Nem a divindade feminina influiu no pensamento religioso do povo. O padre e seus três colegas da ordem dos franciscanos, Ives d'Evreux, Arnenio de Paris e Ambrosio de Amiens, todos homens de alta cultura, conversaram diariamente com os chefes das aldeias, com os pagés e mesmo com as mulheres sobre todas as questões da religião e foram surpresos pelo interesse e entendimento que mostraram aqueles supostos selvagens para as discussões religiosas.

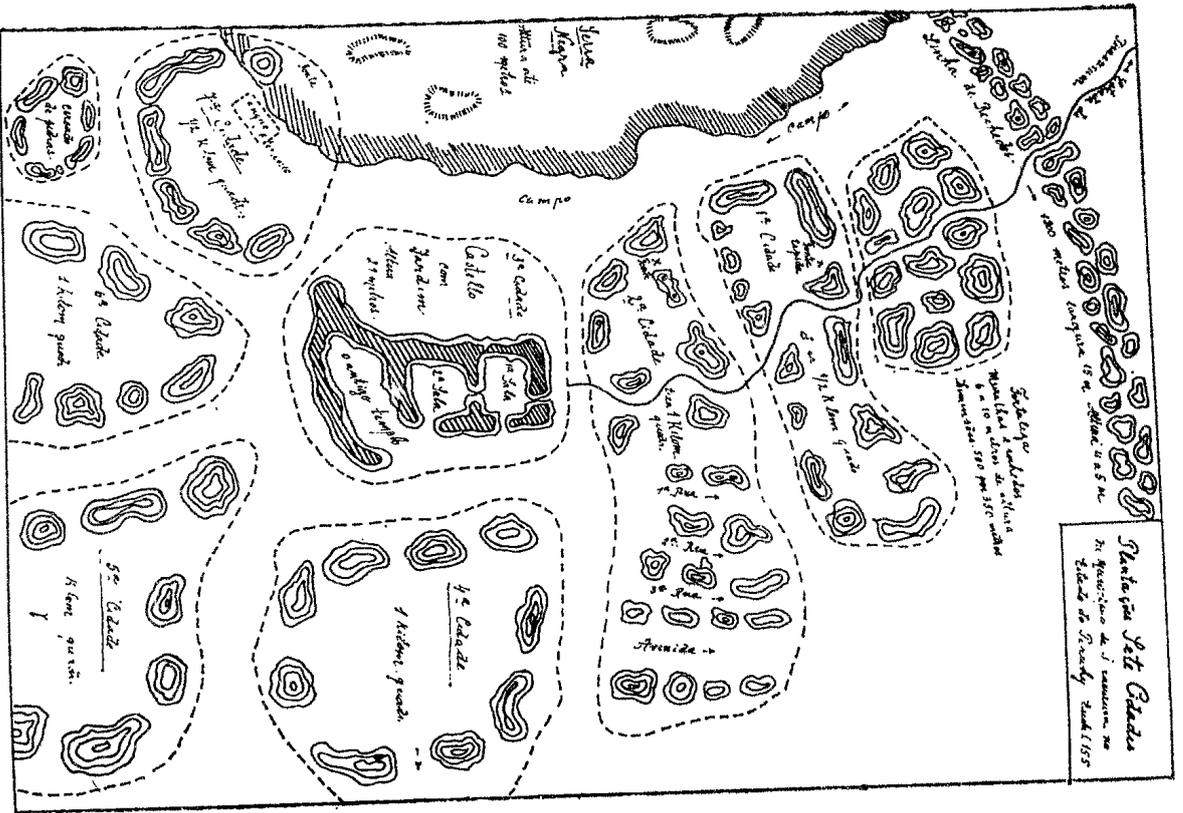
Claude d'Abbeville dá-nos o texto de um discurso de Japy Assu, cacique (juiz) da aldeia Junipará, cujo discurso este proferiu poucas semanas depois da chegada dos franceses, numa grande reunião, à qual assistiram nove chefes e muitos populares. Os padres Daniel de la Touche, Senhor de Ravardiére, François de Rasilly e outros franceses já sabiam falar tupi. Mas Japy Assu pediu que o intérprete David Migon traduzisse todas as suas palavras para o francês, de modo que todos compreendessem bem suas idéias e perguntas. O chefe indígena falou devagar e acentuou todas suas expressões. Falou sobre as aspirações de seu povo, explicou o que ele esperava da parte dos franceses, contou como os portugueses tinham enganado os Tupinambás, e discursou, depois, sobre a religião e suas crenças. Disse que os tu-

pinambás sabiam que o "grande Tupã" havia criado o mundo e todos os povos; que Ele mandou o dilúvio para castigar os homens por causa de seus pecados, e que Deus agora tinha enviado os piedosos *pay-eté* para tirarem o povo dos Tupinambás da sua ignorância e ensinarem-lhe os verdadeiros mandamentos de Deus.

Quem lê hoje esse discurso do tupinambá Japy Assu, julgará, talvez, que seja uma invenção do zeloso padre. Realmente, quando Claude d'Abbeville apresentou, na França, seu livro à Rainha-Regente e ao arcebispo de Paris, declararam todos os críticos que o livro era produto de fantasia, alegando que aqueles "índios selvagens" não poderiam ter tais noções de religião. Por esse motivo foi suprimido o livro, e o padre morreu de desgosto dois anos depois. Ives d'Evreux escreveu a continuação da obra de d'Abbeville, declarando que este não escreveu uma palavra que não fosse aprovada por seus confrades. O livro de d'Evreux foi também suprimido pela censura eclesiástica, pelo mesmo motivo; mas d'Evreux guardou uma cópia e o manuscrito de d'Abbeville. Ambos os livros foram mais tarde publicados, pelos cuidados da ordem dos Franciscanos e, finalmente, traduzidos para o Português, pelo culto maranhense César Marques.

O que mais irritou os incrédulos críticos da corte do rei Luis XIII foi o capítulo do livro de d'Abbeville sobre "a astronomia dos Tupinambás", que é um documento importantíssimo. O historiador não pode deixar de tirar dessas explicações sobre as noções astronômicas dos antigos brasileiros a prova de que estes foram ensinados por emissários duma ordem, que estava em ligação com os sábios da Caldea. A "astronomia dos Tupinambás", descrita por Claude d'Abbeville, mostra claramente os traços da astronomia da Ordem dos Magos.

A religião de Car, propagada pelos piágas, era puramente monoteísta; era precessora da religião cristã. Os piágas que chegaram ao Norte do Brasil, na época de mil anos antes de Cristo, introduziram aqui a mesma religião, que se conservou, num estado rudimentar, até a chegada dos padres cristãos. Estudese com atenção a



obra do padre Antônio Vieira, que escreveu com muita convicção: "Aqui já andaram apóstolos do Nosso Senhor que implantaram na alma deste povo a religião de Deus".

Os piagas fundaram no Norte do Brasil uma grande escola, como sede da Ordem e centro nacional e religioso dos "povos tupis"; denominaram esse lugar PIAGUIA, de onde formou-se o nome Piagás. O lugar mesmo, o grande "Car-nutum brasileiro", eram as "SETE CIDADES", como será demonstrado nos capítulos posteriores.